



**ALEXANDRA CARINA MELO LIMA      O DIREITO À HABITAÇÃO EM ANGOLA INSERIDO  
NOS DIREITOS FUNDAMENTAIS**



**Universidade de Aveiro**  
**Ano 2011**

Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do  
Território

**ALEXANDRA CARINA  
MELO LIMA**

**O DIREITO À HABITAÇÃO EM ANGOLA INSERIDO  
NOS DIREITOS FUNDAMENTAIS**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Governação, Competitividade e Políticas Públicas, realizada sob a orientação científica do Professor Doutor Carlos Eduardo Machado Sangreman Proença, Professor Auxiliar do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro

*“Motivation is what gets you started, habit is what keeps you going”.*

*(Jim Ryun)*

## **o júri**

Presidente

**Prof. Doutor André Azevedo Alves**  
Professor Auxiliar Convidado da Universidade de Aveiro

**Doutora Cristina Odete Udelsmann Rodrigues**  
Investigadora Auxiliar do Centro de Estudos Africanos do ISCTE-IUL – Instituto Universitário de Lisboa (Arguente)

**Prof. Doutor Carlos Eduardo Machado Sangreman Proença**  
Professor Auxiliar da Universidade de Aveiro (Orientador)

## **agradecimentos**

Agradeço...

À minha família,  
Por toda o apoio e paciência para comigo.

Ao meu orientador, Professor Doutor Carlos Sangreman,  
Sem ele a realização desta dissertação não seria possível.

Ao João V.,  
Por todo o carinho, e dedicação. Obrigado pela incansável motivação,  
atenção e ajuda.

À Juliana F.,  
Pela parceria e amizade.

Ao Hugo F.  
Por todo o incentivo.

## **palavras-chave**

Direitos Humanos, Direito à Habitação, Angola, Desalojamentos, Desocupações/Expulsões Forçadas, Realojamentos, Habitação Adequada

## **resumo**

O presente trabalho propõe-se a estudar a relação entre o governo angolano e a prática de desalojamentos e desocupações forçadas. A principal demanda desta investigação prende-se na procura de propostas e estratégias que contribuam para promover o direito à habitação em Angola.

Distinguindo-se várias normas de Direito Internacional, de carácter vinculativo, referentes ao direito à habitação, analisa-se de que modo este direito é considerado um direito fundamental à vida humana.

Fazendo parte da responsabilidade de cada Estado a garantia da consagração deste direito, é impreterível que este o proteja e, se necessário, proceda às mudanças institucionais necessárias para tal.

Posteriormente são apresentadas as principais causas impulsionadoras da violação do direito à habitação e o seu impacto na sociedade angolana.

Posto isto, e através de um estudo de notícias locais, relacionadas como o direito à habitação e expulsões forçadas, é possível determinar as necessidades sentidas pelo povo angolano quando se verifica a violação deste direito. Como tal, e em busca de um desenvolvimento humano e económico sustentável para o país, é notório o esforço que o governo angolano tem feito na tentativa de melhorar as condições de vida de centenas de pessoas.

Acabando com a proliferação de aglomerados habitacionais, pretende-se que através da reestruturação e construção de infra-estruturas e habitações, destinadas à população de menor rendimento, e da disponibilização de bens e serviços, que satisfaçam as necessidades deste povo, se possa atingir esse nível de bem-estar social, garantindo a sustentabilidade de gerações futuras e o aumento da qualidade de vida da sociedade angolana.

**keywords**

Human Rights, Right to Housing, Angola, Dislodgement, Forced Vacancy/Expulsion, Rehousing, Proper Housing

**abstract**

This work aims to study the connection between the Angolan government and the practice of dislodgement and forced vacancy. The main purpose of this investigation is to search for proposals and strategies that contribute to promote the right to housing in Angola.

Underlining several norms of International Law, of binding character, concerning the right to housing, this paper analyzes how this right is considered a fundamental right to human life.

Being part of the responsibility of each State to guarantee the establishment of this right, it is essential that the State protects it and, if necessary, makes the necessary institutional changes for this to happen.

Later on, the main causes that drive to the violation of the right to housing and their impact in the Angolan society are presented.

Therefore and through a study of local news related to the right to housing and forced expulsion, it is possible to determine the needs felt by the Angolan people when this right is violated. Therefore and searching for a sustainable human and economical development of the country, it is notorious the efforts that the Angolan government has made in order to improve the life conditions of hundreds of people.

By ending the proliferation of housing agglomerations, it is intended that through the restructuration and construction of infrastructures addressed to the population with a lower income, a level of social well being could be achieved, guaranteeing the sustainability of future generations and the increase of the quality of life in the Angolan society.

# Índice

---

<b>I. Introdução</b>	<b>1</b>
<b>II. Metodologia</b>	<b>3</b>
<b>III. Capítulo I</b>	<b>4</b>
1. Direitos Humanos	5
1.1. Direitos de Primeira Geração	6
1.2. Direitos de Segunda Geração	7
1.3. Direitos de Terceira Geração	7
1.4. Direitos de Quarta Geração	7
1.5. Órgãos de Controlo	8
1.6. Instituições Nacionais de Direitos Humanos	15
2. Direito à Habitação	16
2.1. Habitação Adequada	19
2.2. Desocupações Forçadas	21
2.3. UN-Habitat	27
2.3.1. Actividade do Grupo Consultivo sobre Despejos Forçados	29
3. Responsabilidades dos Estados	32
<b>IV. Capítulo II</b>	<b>39</b>
2. Angola	39
2.1. Caracterização do País: Angola	40
2.2. Desenvolvimento Humano em Angola – Promoção dos Direitos Humanos	46
2.2.1. Combate à Pobreza em Angola	50
2.3. Angola e o Direito à Habitação	57
2.3.1. Identificação de danos causados	59
<b>V. Capítulo III</b>	<b>61</b>
3. Estudo de Caso: Angola	61
3.1. Desalojamentos e Expulsões Forçadas	62
3.2. Qualidade Ambiental	67



3.3. Legislação .....	67
3.4. Créditos Habitação .....	68
3.5. Ordenamento do Território .....	69
3.6. Condições de habitabilidade degradadas .....	70
3.7. Realojamentos .....	70
<b>VI. Capítulo IV .....</b>	<b>79</b>
4. Estratégias alternativas de promoção do Direito à Habitação .....	79
<b>VII. Considerações Finais .....</b>	<b>82</b>
<b>VIII. Bibliografia .....</b>	<b>87</b>

# Índice de Figuras

---

<b>Figura 1:</b> Taxas de mortalidade infantil e infanto-juvenil (N.º de mortes/1000 nascimentos vivos) .....	41
<b>Figura 2:</b> Proporção da população com 15 anos ou mais que sabe ler e escrever (Taxa de alfabetização) (%) .....	42
<b>Figura 3:</b> Proporção da população com acesso à água e saneamento apropriado (%) . . .	43
<b>Figura 4:</b> Evolução do IDH em Angola .....	44
<b>Figura 5:</b> Incidência de Pobreza (Proporção da população abaixo da linha de pobreza nacional) (%) .....	52

# Lista de Abreviaturas e Siglas

---

«AGFE» Advisory Group on Forced Evictions – Grupo Consultivo sobre Despejos Forçados

«CEIC» Centro de Estudos e Investigação Científica

«CESCR» International Covenant on Economic, Social and Cultural Rights

«COHRE» Centre on Housing Rights and Evictions - Centro de Direito à Habitação contra Desalojamentos

«DH» Direitos Humanos

«DUDH» Declaração Universal dos Direitos do Homem

«ECOSOC» Conselho Económico e Social das Nações Unidas

«IBEP» Inquérito Integrado Sobre o Bem-Estar da População

«IDH» Índice de Desenvolvimento Humano

«INE» Instituto Nacional de Estatística

«IPCVD» Inquérito Prioritário sobre as Condições de Vida nos Domicílios

«ODM» Objectivos do Desenvolvimento do Milénio

«ONG» Organizações Não Governamentais

«ONU» Organização das Nações Unidas

«PIDCP» Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos

«PIDESC» Pacto Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais

«PNUD» Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

«RDH» Relatório do Desenvolvimento Humano

## **I. Introdução**

O presente trabalho de investigação subordinado ao tema “O direito à habitação em Angola, inserido nos direitos fundamentais” surge no âmbito do mestrado de Governação, Competitividade e Políticas Públicas, do departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território, da Universidade de Aveiro. A escolha do tema envolveu uma reflexão crítica, associada à pertinência para a área da defesa dos Direitos Humanos (DH), sendo a habitação um direito inerente à população.

O principal objectivo desta investigação consiste na procura de acções alternativas que visam evitar a prática de desocupações e desalojamentos forçados. Como estas práticas violam o direito à habitação e contribuem para o desrespeito da vida humana, procura-se encontrar estratégias que contribuam para melhorar o direito à habitação no país.

Tendo em conta este panorama, que contribui para a insatisfação da população, pretende-se analisar os principais motivos que conduzem à violação do direito à habitação, já consagrado em inúmeras normas vinculativas de carácter internacional. Assim, através da averiguação do impacto da destruição de habitações em Angola, este estudo reporta-se essencialmente para o âmbito das normas de Direitos Humanos.

Apesar de ser evidente a necessidade de encontrar alternativas viáveis, é fundamental ter em consideração algumas dificuldades deste tema. A falta de informação e até mesmo informação pouco fidedigna são duas reais dificuldades. Assim, o recurso à análise de jornais angolanos é decisivo na concretização deste estudo.

Actualmente, o direito a uma habitação adequada, que proporcione as condições básicas de vida, é caracterizado como um direito fundamental do ser humano. Desta forma, as acções que têm sido levadas a cabo pelo Governo angolano, como vários jornais angolanos o referem, são despropositadas e desnecessárias.

O desencadear destas acções ocorre pela necessidade de deslocação, das zonas rurais para as urbanas, que a população angolana sentiu pela Guerra Civil que era travada e que culmina em 2002. Estas deslocações em massa resultam da necessidade da população obter algum nível de protecção que as zonas rurais não podem oferecer. Tudo isto leva, aliciado ao facto destes deslocados terem abandonado o pouco que já tinham, ao

aparecimento de novos bairros de lata nas cidades, que não oferecem qualquer tipo de condições habitacionais. Esta situação tem caracterizado a realidade da sociedade Angola nos últimos anos, e tem sido um dos obstáculos no processo de desenvolvimento encetado nas últimas duas décadas.

Apesar desta evidência, consequência da guerra e do pós-guerra, é fundamental ressaltar que esta situação proporcionou a entrada de novos investidores no país, aumentando também a especulação imobiliária, sendo este um factor impulsionador para o aumento da expansão do país, em particular de Luanda.

Estes acontecimentos resultaram nas primeiras ondas de demolição, deixando milhares de pessoas sem alojamento e sem qualquer tipo de apoio. Em resultado aos acontecimentos descritos, surgem também as primeiras iniciativas de protesto contra estas práticas, aumentando a preocupação global relativamente a este tema.

De modo a explorar esta questão, enquadrando-o no contexto internacional, o primeiro capítulo faz referência às normas de Direito Internacional, de carácter vinculativo a todos os países, no âmbito dos Direitos Humanos. Através destas, denota-se a crescente importância atribuída a este tema e a crescente imposição na execução do estipulado nos demais Pactos e legislação existente e, caso necessário adequar as normas internas às leis internacionais. Neste capítulo, o direito à habitação é cada vez mais visado. Tanto o conceito de habitação adequada como as desocupações forçadas são aqui explorados, conjugando-se com as leis já consagradas, protegidas por diversos órgãos. A responsabilidade assumida por parte dos Estados também é aqui referida, apresentando-se alguns motivos que possam conduzir à violação do direito à habitação.

O segundo capítulo, já alvejando o estudo da situação vivida em Angola, analisa o contexto demográfico e económico do país de forma geral, fazendo menção posterior à promoção dos Direitos Humanos e consequente direito à habitação, de forma a combater a pobreza existente em Angola.

De carácter mais prático, o terceiro capítulo, apresenta o caso a analisar. Com recurso a notícias de jornal, são abordados temas como os desalojamentos e expulsões forçadas, condições de habitabilidade, realojamentos, ordenamento do território, entre

outros. Por último, o quarto capítulo destaca algumas estratégias de promoção do direito à habitação com o intuito de reduzir e evitar estas práticas.

Assim, pretende-se: (I) Averiguar a necessidade do Governo angolano recorrer a desalojamentos e demolições, analisando posteriormente alternativas viáveis; (II) Criar habitações sociais; (III) Analisar a capacidade do Governo na atribuição de indemnizações e/ou compensações aos desalojados e, por fim pretende-se Incentivar a criação de empregos de modo a proporcionar a independência e auto-suficiência dos habitantes angolanos (IV).

Deste modo, os principais objectivos desta dissertação acabam por passar pela procura de propostas e estratégias que contribuam para promover o direito à habitação em Angola e evitar a sua violação; averiguar a responsabilidade do Governo na demolição de habitações; analisar a capacidade do próprio Governo de criar habitações sociais aquando da destruição de habitações e; averiguar em que medida é que os recursos existentes e disponíveis são optimizados.

## **II. Metodologia**

Após delineado o tema a desenvolver, a recolha de informação e posterior compilação, tratamento e análise crítica dos dados revela-se uma tarefa fundamental. Em resultado desta análise apresenta-se, posteriormente, a interpretação dos resultados neste contexto específico.

Uma das lacunas mais evidentes do desenvolvimento do tema apresentado corresponde à ausência de recolha de dados empíricos através de uma observação participante. Não foi desta forma possível visitar o país em questão, Angola, e desenvolver mais profundamente o estudo de caso. A outra lacuna diz respeito à ausência de um intervalo de tempo específico de análise de dados. Dispersos pelo tempo, os dados recolhidos, relativos tanto ao estudo do Direito Internacional e outras legislações relevantes que fazem referência ao direito à habitação, e a própria recente aprovação da nova constituição de Angola (2010), como ao acesso a recortes de jornal que retratem a situação vivida neste país, dificultaram esta questão temporal.

Inicialmente, e correspondendo aos dois primeiros capítulos desta dissertação, mais teóricos, precedeu-se a uma análise documental. Nesta primeira fase reuniu-se documentação que sustente e suporte todos os conceitos a ser desenvolvidos, e que permitam a problematização das hipóteses e objectivos. Assim sendo, recorrendo a documentos e legislação publicados internacionalmente, provenientes sobretudo da Organização das Nações Unidas (ONU) e de outros autores referenciados, foi possível concretizar esta pretensão. Posteriormente, filtrando os documentos mais relevantes ao tema, procedeu-se a uma análise do conteúdo destes documentos, observando as questões mais relevantes a ser tratadas, transformando e adequando a informação ao estudo.

De modo a caracterizar a população angolana e enquadrá-la no tema de estudo, são apresentados alguns dados de carácter sócio-demográfico. Contudo, estes dados, muito em parte pelo panorama geral do país, não são exactos, devido à falta de censos e dados actualizados que permitam ter esta percepção. São ainda evidenciados outros dados relativos à própria caracterização do país em termos económicos.

No que diz respeito ao terceiro capítulo, de teor mais empírico, através da aquisição de uma compilação de notícias e recortes de jornal de Angola, relativos especificamente à habitação e urbanismo, entre 2007 e 2009, procedeu-se a uma análise de conteúdo da informação obtida. Este documento facultou a possibilidade de, na ausência de dados empíricos, deter conhecimento da realidade que o povo angolano tem atravessado ao longo dos anos, quanto à problemática da habitação e aos direitos aí associados.

Relativamente ao último capítulo apresentado, através da percepção adquirida no desenvolver do tema, apoiada por algumas práticas internacionais de carácter vinculativo e pela institucionalização de determinadas acções e alternativas que poderiam ser aplicadas em caso de desocupação e desalojamento forçado, são propostas algumas medidas, tanto preventivas como de reparação dos danos causados aos cidadãos que viram o seu direito à habitação adequada e consequente direito à vida violados.

### **III. Capítulo I**

O primeiro capítulo pretende, de uma forma mais abrangente, relacionar o estudo de caso aqui analisado, o direito à habitação em Angola, com as normas vigentes no

Direito Internacional que consagram os Direitos Humanos, em particular o direito à habitação.

Desta forma, numa primeira abordagem, é feita uma distinção entre as quatro gerações dos Direitos Humanos no âmbito do Direito Internacional onde serão evidenciados, posteriormente dois órgãos de controlo das normas internacionais. Nesta fase, expõe-se de que forma os Estados estão vinculados ao cumprimento das normas internacionais, identificando as formas como os Pactos Internacionais, Pacto Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais (PIDESC) e Pacto Internacional dos Direitos Cíveis e Políticos (PIDCP), controlam a salvaguarda dos Direitos Humanos por parte de cada Estado Parte.

Posteriormente, faz-se referência ao direito à habitação em particular, especificando mais tarde o termo “habitação adequada”. Princípios e normas que consagram e defendem mais especificamente o direito à habitação estão aqui patentes. Como tal, a violação deste direito leva à prática de desocupações forçadas, outro ponto aqui a ser abordado.

Além dos Pactos Internacionais, existem outros organismos criados pela Organização das Nações Unidas que defendem e consagram o direito à habitação, através de várias actividades que adoptam. Por último, neste capítulo é apresentada a responsabilidade dos Estados, tanto no cumprimento das normas estipuladas internacionalmente, como na garantia de fazer valer os direitos intrínsecos a cada indivíduo quando os seus direitos são violados.

### **III. 1. Direitos Humanos**

Estamos perante uma sociedade cada vez mais exigente, reflectindo-se ao nível das suas necessidades e vontades. Cada vez mais complexa, obriga maior flexibilidade e rapidez na capacidade de resposta por parte dos Governos e das várias organizações de defesa dos demais direitos.

Apesar do contínuo crescimento e desenvolvimento económico global, ainda é possível verificar-se graves situações de violação dos direitos. *“O direito a viver com dignidade não pode ser realizado sem que a satisfação das necessidades básicas da vida sejam cumpridas”* (ONU, 2008, Ficha Informativa (FI) 16:3).



Os sentimentos originados pela II Grande Guerra confluíram num aumento de preocupação por parte da comunidade internacional relativamente às atrocidades cometidas durante este período. Várias foram as acções tomadas contra centenas de pessoas que viram os seus direitos, consagrados actualmente, violados. É a partir desta altura que se sente necessidade de criar mecanismos que protejam os direitos inerentes aos indivíduos, reconhecendo-se portanto a pertinência dos Direitos Humanos (Orend, 2002: 17).

É através da Declaração Universal dos Direitos do Homem (DUDH), adoptada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas na sua Resolução de 10 de Dezembro de 1948, que surgem os primeiros direitos que protegem a humanidade contra determinados crimes. É a partir daqui que o Direito Internacional passa a enunciar uma série de direitos reconhecidos pela comunidade global, aplicados a todos os seres humanos. Extensas são as áreas abrangidas pelos Direitos Humanos aqui definidos e consagrados pelo Direito Internacional, tornando-se este numa ferramenta importante para a sua promoção.

Os direitos proclamados, protegem toda a dignidade da pessoa humana, sem fazer qualquer distinção entre religião, raça ou cor, como referido no 2.º e 3.º artigo da DUDH, salvaguardando o direito à vida, liberdade e segurança pessoal. *“A adopção de importantes instrumentos internacionais em matéria de direitos humanos...contribuiu para a consagração da ideia de que todos têm o direito a usufruir de direitos humanos, tanto em tempo de paz como em tempo de guerra”* (ONU, 2002, FI 13:4).

Para uma melhor compreensão da evolução dos Direitos Humanos conquistados ao longo do tempo pela comunidade global, estes serão apresentados por época ou gerações.

### **III. 1.1. Direitos de Primeira Geração**

A primeira geração de direitos é composta pelos Direitos de Liberdade, correspondente aos Direitos Civis e Políticos, onde o direito ao voto, de eleger e ser eleito, é o melhor símbolo desta geração. Todo o direito à participação política e de organização da sociedade civil estão aqui incluídos. Aprovado pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1996, o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos é a maior expressão desde tipo de direitos de primeira geração.

### **III. 1.2. Direitos de Segunda Geração**

Todas as questões sociais consequentes da Revolução Industrial resultaram nos direitos de segunda geração, os Direitos Sociais. Questões contratuais e condições de trabalho, resultantes do vínculo existente entre patrões e trabalhadores são as principais causas do aparecimento destes direitos.

Nesta fase, é dever do Estado garantir a prossecução destes direitos, ou seja este tem de os fazer cumprir, na medida em que estes são realçados pelo princípio da igualdade. O oposto acontece nos direitos de primeira geração, onde se verifica um Estado não intervencionista. Além da inclusão dos direitos culturais e económicos os direitos sociais aqui representados fazem parte das Constituições dos vários países, que adoptaram Constituições programáticas.

Lançados como directrizes, os direitos de segunda geração acentuam o seu carácter vinculativo. Desta forma, o PIDCP assume especial importância na defesa destes direitos. Existindo questões às quais os direitos de primeira geração não fazem referência, como a fome, saúde, saneamento; competindo aos direitos de segunda geração fazer com que estas questões sejam estendidas a toda a comunidade global.

### **III. 1.3. Direitos de Terceira Geração**

Os direitos de terceira geração são caracterizados pelo princípio da Fraternidade e Solidariedade. Encontram-se abrangidos direitos como o direito à autodeterminação dos povos, direito ao desenvolvimento, à paz, direito à colectividade, direito à comunicação, entre outros. O direito à propriedade é também aqui introduzido, bem como o movimento de emancipação da mulher, aumentando o rol de direitos a usufruir. Nesta geração pressupõe-se a entreaajuda entre os Estados, de forma a atingir-se uma comunidade global mais homogénea, onde a dicotomia ente países desenvolvidos e subdesenvolvidos é menor.

### **III. 1.4. Direitos de Quarta Geração**

Encontrando-se ainda em fase de definição, pode dizer-se que a concretização dos direitos de quarta geração acontece quando se verifica o direito à informação, ao pluralismo, à privacidade e à democracia positiva, sem qualquer manipulação, recorrendo à

mais pura e real informação. Estes direitos podem ainda ser reconhecidos como direitos que materializam os direitos de segunda e terceira geração, sem esquecer ou retirar a importância dos direitos de primeira geração relativamente aos direitos e liberdades individuais.

### **III. 1.5. Órgãos de Controlo**

A existência de normas de Direito Internacional leva à necessidade de criar infra-estruturas que garantam a observância destes direitos, como se pode verificar de seguida. Apesar disto, os recursos para controlar a violação dos Direitos Humanos são escassos. *“Na prática, nenhuma organização pode aspirar seguir de perto cada situação e, de igual forma, pretender investigar todas as alegadas violações de direitos humanos ou prestar assistência a todas as vítimas”* (ONU, 2001, FI 19:1).

O trabalho da Organização das Nações Unidas relativo aos Direitos Humanos tem sido muito extenso. Esta é a organização que mais contribui para a promoção e defesa dos Direitos Humanos, sendo este o seu principal objectivo. É através da Declaração Universal dos Direitos do Homem, criada em 1948 pela Assembleia Geral da ONU, e de Pactos como o PIDESC e o PIDCP, que a ONU baseia a sua actuação.

A Declaração Universal dos Direitos do Homem foi concebida em 1948 pela Assembleia-Geral das Nações Unidas, não como um tratado mas sim como uma proclamação de direitos básicos e liberdades fundamentais. O seu principal objectivo é *“criar um ideal comum a atingir por todos os povos em todas as nações”* (ONU, 1948). A promoção e defesa dos Direitos Humanos assume maior relevo através desta da Declaração. O artigo 25.º aqui consagrado afirma que todos os indivíduos têm direito a um padrão de vida que seja capaz de assegurar a si e à sua família saúde e bem-estar. Aqui está incluído o direito à alimentação, habitação, segurança em caso de desemprego, entre outros indicadores que possam levar à perda da capacidade de subsistência. Não lhe sendo reconhecida aplicação jurídica, esta declaração estabelece duas categorias principais de direitos e liberdades que lhe conferem aplicação: direitos civis e políticos e direitos económicos, sociais e culturais.

Estas duas grandes categorias constituíram dois pactos distintos. O Pacto Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais e o Pacto Internacional dos

Direitos Civis e Políticos. Aquando da ratificação de um destes Pactos, o Estado visado passa a tornar-se um Estado Parte. O carácter vinculativo destes Pactos implica que o Estado Parte tenha de cumprir, de forma jurídica, os termos que constam no Pacto.

Desde que um Estado ratifica um dos Pactos, passa a estar vinculado às normas nele subjacentes, tendo de aplicar essas normas ao seu país. *“Quando um Estado ratifica um dos Pactos, assume solenemente a responsabilidade de dar cumprimento a cada uma das obrigações nele estabelecidas e de garantir a compatibilidade do seu direito interno”* (ONU, 2008, FI 16:4). Os Estados passam a ter responsabilidade internacional na medida em que assumiram um compromisso, não só perante os cidadãos desse Estado mas com todos os outros Estados Partes: dar cumprimento ao estabelecido.

Estas questões relativas aos DH implicaram grande discussão na Comissão de Direitos Humanos, fundada em 1946. Em resultado, em 1966, ocorre a adopção do PIDCP e do PIDESC pela Assembleia-Geral das Nações Unidas. Estes são os dois principais Pactos que estão na base de muitos outros constituídos a partir desta data, abrangendo inúmeras questões de Direitos Humanos.

Pelo carácter vinculativo destes Pactos, existiu a necessidade de criar órgãos que controlassem os Estados Partes no cumprimento das normas estabelecidas, em matéria de Direitos Humanos. Estes órgãos supervisionam a implementação dos tratados ratificados por parte dos Estados Partes. São órgãos independentes e imparciais, com a função de monitorar os Estados.

São aqui apresentados dois órgãos distintos. Um faz referência ao PIDCP e outro ao PIDESC. No âmbito do PIDCP foi criado o Comité dos Direitos Humanos, em 1976. A função deste comité passa pelo controle dos Estados Partes relativamente à implementação das normas estabelecidas no Pacto. Este Comité é composto por membros que representam cada comunidade global, atribuindo-lhes uma só voz. Representantes que abrangem todas as comunidades, capazes de expressar as várias diferenças e perspectivas mundiais.

Este Comité conserva quatro grandes responsabilidades. Além de receber e examinar os relatórios enviados pelos Estados Partes, relativamente ao cumprimento efectivo das normas dos pactos, elabora comentários relativos aos mesmos com o intuito de ajudar os Estados a melhorar e a efectivar o disposto no Pacto. Outra grande

responsabilidade passa pela recepção de queixas individuais de alegadas violações de Direitos Humanos, e por fim o Comité pode ainda receber queixas de um Estado Parte, relativamente ao incumprimento das normas por parte de outro Estado signatário.

Além destas responsabilidades e competências, como já referido, a principal função do Comité é a de monitorização do gozo dos Direitos Humanos enunciados no Pacto, a que os Estados Partes ficam vinculados. Outra função importante passa pela ajuda que fornece para a completa interpretação do significado das disposições do Pacto. Este Pacto acaba por se revelar um instrumento para a garantia dos direitos e liberdades humanas.

Como afirmado pelas Nações Unidas, *“o respeito pelos direitos civis e políticos não pode ser separado do exercício efectivo dos direitos económicos, sociais e culturais”* (ONU, 2002, FI 21:4). O desenvolvimento de um direito implica directamente o desenvolvimento do outro, criando uma relação de complementaridade entre si. *“Direitos económicos complementam e não compensam a importância dos direitos civis e políticos”* (UNDP 2000:25).

Apesar de os direitos civis e políticos serem objecto de maior discussão e atenção por parte do direito e da comunidade internacional, os direitos económicos, sociais e culturais, são de igual importância. Contudo, esta importância não é reconhecida da melhor forma, não sendo retratada a grandiosidade do PIDESC na protecção dos Direitos Humanos. *“Presume-se por vezes que só os direitos civis e políticos (direito a um julgamento justo, direito à igualdade de tratamento, direito à vida, direito de voto, direito de não ser sujeito a discriminação, etc.) podem ser objecto de violação, implicando medidas de reparação e controlo jurídico internacional”* (ONU, 2008, FI 16:5).

Quanto ao PIDESC, constituído pela Assembleia-Geral das Nações Unidas em 1966, após o conturbado período de negociações decorrente sua redacção, só passados dez anos, em 1976 é que ganhou força jurídica vinculativa.

Este Pacto é o que possui mais disposições jurídicas relativas aos Direitos Humanos. Desde a proclamação do direito ao trabalho em condições justas e favoráveis, ao nível de vida adequado, onde se inclui aqui o direito à habitação, passando também pelo direito à saúde, educação e à liberdade cultural.

Em semelhança ao PIDCP, também o PIDESC tem um órgão de monitorização dos Estados Partes, relativamente ao *“cumprimento das obrigações estabelecidas pelo pacto, bem como ao grau de realização dos direitos e deveres em causa”* (ONU, 2008, FI 16:7-8). Como o Comité dos Direitos Humanos, o Comité dos Direitos Económicos Sociais e Culturais também opera mediante a informação passada por agências especializadas da ONU; Organizações Não Governamentais; pelos Estados Partes, através dos relatórios enviados por estes; e por outras agências encarregues do controlo da aplicação dos tratados de Direitos Humanos. É fundamental que o Comité tenha acesso a todas as formas possíveis de informação para garantir o cumprimento das normas.

Desta forma, os Estados signatários ficam vinculados a compatibilizar a legislação interna com as disposições do Pacto. De acordo com o artigo 27.º da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, o qual estipula que *“uma Parte não pode invocar as disposições do seu direito interno para justificar o incumprimento de um tratado”* (ONU, 2008, FI 16:30). Logo, caso alguma norma em vigor no direito interno constitua uma violação das obrigações assumidas aquando da ratificação do tratado, o Estado Parte terá de proceder a algumas reformas legislativas.

Este instrumento de controlo da aplicação dos tratados de Direitos Humanos, o CDESC, foi criado pelo Conselho Económico e Social das Nações Unidas (ECOSOC). Estabelecido em 1985, o Comité reúne-se por norma duas vezes por ano com a duração de três semanas cada sessão, em Genebra, na delegação das Nações Unidas.

Na sua composição estão dezoito membros de reconhecida competência na área dos Direitos Humanos. Estes membros, são independentes e imparciais, como tal não representam qualquer formação governamental. Apesar de ser o ECOSOC a eleger os membros do Comité para mandatos de quatro anos, podendo ser reeleitos em caso de renomeação, é o próprio Comité a eleger o seu Presidente e Vice-Presidentes. A lista de candidatos é proposta pelos Estados Partes, logo aqueles que não ratificaram o Pacto não podem nomear ninguém para membro do Comité.

A sua principal função *“consiste no controlo da aplicação do Pacto pelos respectivos Estados Partes”* (ONU, 2008, FI 16:32). O Comité pode ainda ajudar a cumprir as obrigações impostas pelo Pacto, através de sugestões e recomendações

específicas sobre legislação. Prepara, desde 1988, “*Comentários Gerais sobre os direitos e disposições consagrados no Pacto, para ajudar os Estados Partes na sua tarefa de preparação de relatórios e para proporcionar mais clareza interpretativa quanto aos objectivos, significado e conteúdo do Pacto*” (ONU, 2008, FI 16:38).

Mediante o previsto nos artigos 16.º e 17.º do Pacto, os Estados Partes comprometem-se a enviar relatórios ao Comité, evidenciando as medidas que foram adoptadas para garantir a execução da legislação consagrada no Pacto. Devem também ser evidenciadas as áreas onde os Estados Partes tenham maior dificuldade. Estes têm de apresentar relatórios que incluam o número de pessoas e famílias sem habitação ou que vivem em habitações precárias; o número de desocupações forçadas ocorridas nos últimos cinco anos; números de pessoas que não possuem apoio jurídico quando se verificam casos de violação do direito à habitação; as medidas tomadas para recuperar espaços inutilizados para a construção de habitações; medidas tomadas para satisfazer as necessidades dos mais desfavorecidos, entre outras directrizes instigadas pelo CDESC.

A apresentação destes relatórios pressupõe o cumprimento de sete objectivos fundamentais, expostos no Comentário Geral n.º1 (1989). O Comité, através deste Comentário, sublinha então que é preciso:

1. “*Garantir que cada Estado Parte empreende uma revisão completa da legislação, normas e procedimentos administrativos e práticas nacionais, a fim de assegurar a sua máxima compatibilização possível com o Pacto;*

2. *Garantir que o Estado Parte monitoriza regularmente a sua situação concreta relativamente a cada um dos direitos previstos, a fim de avaliar em que medida os diversos direitos estão a ser gozados por todas as pessoas no país;*

3. *Proporcionar uma base para a elaboração, pelo governo, de políticas claras e cuidadosamente orientadas para a aplicação do Pacto;*

4. *Facilitar o escrutínio público das políticas governamentais a respeito da aplicação do Pacto, e encorajar o envolvimento dos diversos sectores da sociedade na formulação, execução e avaliação das políticas pertinentes;*

5. *Proporcionar uma base para a avaliação efectiva, tanto pelo Estado Parte como pelo Comité, dos progressos alcançados ao nível do cumprimento das obrigações impostas pelo Pacto;*

6. *Permitir que o Estado Parte adquira uma melhor compreensão dos problemas e limitações que impedem a realização dos direitos económicos, sociais e culturais;*

7. *Facilitar a partilha de informação entre os Estados Partes e ajudar a desenvolver uma melhor compreensão dos problemas comuns e possíveis soluções para a realização de cada um dos direitos previstos no Pacto”* (ONU, 2008, FI 16:34).

Apesar destas disposições e do carácter vinculativo do PIDESC, todos os Direitos Humanos são susceptíveis de serem violados, como tal os direitos económicos sociais e culturais também. Relativamente à implementação destes direitos, os Princípios de Limburgo sobre a Implementação do PIDESC (Princípio 72), consideram violações do Pacto quando um Estado Parte: “*a) se abstém de agir quando o Pacto lhe exige que o faça; (b) se abstém de eliminar rapidamente os obstáculos que está obrigado a eliminar a fim de permitir a imediata realização de um direito; (c) se abstém de implementar sem demora um direito que o Pacto o obriga a assegurar imediatamente; (d) se abstém de forma intencional de alcançar um nível mínimo de realização internacionalmente aceite, que tenha a possibilidade de atingir; (e) restringe um direito reconhecido no Pacto de uma forma que não esteja em conformidade com o Pacto; (e) atrasa ou impede deliberadamente a realização progressiva de um direito, salvo se agir no âmbito de uma limitação permitida pelo Pacto ou se o fizer devido à insuficiência de recursos disponíveis; (g) se abstém de apresentar os relatórios exigidos pelo Pacto”* (ONU, 2008, FI 16:37-38).

Através do seu Comentário Geral n.º 3 (1990), o Comité dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais afirma que, aquando da ratificação do Pacto, alguns dos seus artigos são de imediata aplicação. De entre estes podem destacar-se os artigos 3.º; 7.º, alínea a), i); 8.º; 10.º, n.º 3; 13.º, n.º 2, alínea a), 3 e 4, e 15.º, n.º 3.

Outro ponto focado neste Comentário diz respeito ao direito a uma habitação adequada, onde a sua violação acontece através de desocupações forçadas, sendo esta uma prática incompatível com o disposto no PIDESC, podendo-se apenas justificar em situações excepcionais, de acordo com o estabelecido no Direito Internacional. Os



Tribunais representam aqui uma parte importante para fazer valer o direito e garantia do respeito pelos direitos. O CDESC realçou especificamente as desocupações forçadas, declarando através do seu Comentário Geral n.º 4 (1991) sobre o direito a uma habitação adequada, que *“os casos de desocupação forçada são prima facie incompatíveis com as disposições do PIDESC e justificáveis apenas em circunstâncias verdadeiramente excepcionais e de acordo com os princípios relevantes do direito internacional”* (ONU, 1991, par. 18).

É muito importante que os próprios Estados não permitam a desocupação forçada. A violação do primeiro parágrafo do artigo 11º do PIDESC é a principal evidência da violação do direito à habitação, colocando também em causa uma série de outros direitos.

Uma das lacunas mais evidentes é a falta de possibilidade de formalizar queixas ao Comité por parte daqueles que viram os seus direitos violados. Esta impossibilidade acaba por dificultar o trabalho do Comité e de outras instituições de DH. Esta tarefa fica mais difícil para as vítimas de violação do estabelecido no Pacto, sendo mais difícil proceder a reparações da mesma. A sua existência permitiria um aumento no gozo dos direitos das pessoas.

O Comité dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais sublinhou a importância de recursos jurídicos internos relativamente a desocupações ilegais ou à discriminação no acesso à habitação no seu Comentário Geral n.º 4 (1991) sobre o direito a uma habitação adequada. *“O Comité considera que muitos dos elementos constitutivos do direito a uma habitação adequada devem, pelo menos, poder ser objecto de soluções jurídicas internas. Dependendo do sistema jurídico, essas áreas podem compreender, sem contudo estarem limitadas a eles: a) recursos para os tribunais destinados a impedir, através de decisões por eles proferidas, desocupações ou demolições planeadas; b) procedimentos jurídicos para obtenção de indemnização na sequência de uma desocupação ilegal; c) queixas contra medidas ilegais tomadas pelos proprietários (Estado ou particulares) ou com o seu apoio em relação aos níveis da renda, à manutenção do alojamento, bem como contra formas de discriminação racial ou outra; d) alegações respeitantes a todo o tipo de discriminação na atribuição de e no acesso à habitação; e e) queixas apresentadas contra os proprietários devido a condições de habitação insalubres ou inadequadas. Em alguns sistemas jurídicos também seria útil considerar a possibilidade de facilitar as acções*

*colectivas sempre que o problema se deva a um aumento significativo do número de pessoas sem-abrigo” (ONU, 1991, par. 17).*

Fora desta esfera, existem outros instrumentos que defendem de forma mais assertiva os Direitos Humanos. A Convenção para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial e a Convenção para a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres são exemplos disso, todavia não serão exploradas nesta dissertação.

### **III. 1.6. Instituições Nacionais de Direitos Humanos**

Outro aspecto importante relativo ao Direito Internacional diz respeito à necessidade que cada país ter de se adequar às normas internacionais, adaptando a sua legislação interna. Se necessário, recorrem-se a reformas legislativas que consagrem novas normas de protecção de DH. É preciso ainda incrementar Instituições Nacionais de Direitos Humanos, fomentando a cooperação entre estas, a ONU, os Governo e todas as outras organizações de promoção e defesa dos Direitos Humanos.

A ONU apresenta particular interesse pelas instituições nacionais que promovem a defesa dos direitos humanos. Estas instituições podem contribuir para a aplicação efectiva das normas de defesa dos Direitos Humanos de carácter internacional. Além desta função estas instituições, de acordo com as directrizes aprovadas em 1978, em Genebra, no Seminário sobre as Instituições Nacionais e Locais de Promoção e Protecção dos Direitos Humanos (ONU, 2001, FI 19:4-5), devem ainda informar os Governos e os seus cidadãos dos Direitos Humanos que usufruem, em prol do seu cumprimento; tendo em consideração os casos de violação dos DH *“formulando recomendações”*; estando também *“a par da legislação e das medidas administrativas que são tomadas para a promoção dos DH”* (idem).

Estas instituições devem abranger na sua composição indivíduos que façam parte de cada segmento da população do país, de modo a garantir independência e imparcialidade na tomada de decisão. Deve garantir-se também que todas as pessoas ou autoridades públicas possam aceder-lhes.

Como tal, os Estados que ainda não possuem instituições nacionais de promoção e protecção de DH, são incentivados a criar condições para a sua implementação. Como

forma de controlo, ocorre uma verificação das instituições já existentes tendo em conta o seu funcionamento interno.

Estas devem ajudar a garantir a defesa e protecção dos DH ocupando-se também de possíveis violações dos direitos, propondo medidas alternativas, dando também conhecimento das violações que existem e nem sempre são levadas a público.

### **III. 2. Direito à Habitação**

Devido ao elevado crescimento demográfico, que conduziu ao rápido crescimento das cidades, a políticas públicas inconsistentes e falta de planeamento urbano e rural, o desenvolvimento humano sustentável tornou-se num dos principais desafios da comunidade global.

Daqui resulta o aumento da degradação das condições económicas e sociais da população, sobretudo daqueles que possuem menos fontes de rendimento. A condição de uma vida digna acaba por ser assegurada apenas por aqueles que têm rendimento para tal.

Como tal, milhares de pessoas vivem de forma precária, em condições desumanas onde os direitos e garantias salvaguardados pela Declaração Universal dos Direitos do Homem e outros Pactos não são protegidos.

Verificando-se um maior distanciamento entre a riqueza e a pobreza, o nível de desenvolvimento de uma sociedade não pode apenas ser medido através de indicadores como o crescimento económico, a educação ou a saúde. As questões habitacionais também fazem parte do desenvolvimento humano sustentável, sendo a salvaguarda deste direito parte integrante dos direitos fundamentais para o desenvolvimento humano. Estima-se que *“mais de um bilhão de pessoas vivem em moradias inadequadas, e cerca de 100 milhões são estimados em todo o mundo como sem-tecto”* (UNDP, 2000:34).

A problemática habitacional evidenciou-se através do impacto que a industrialização trouxe para a economia agrária. O processo de industrialização proporcionou um acréscimo na criação de postos de trabalho, atraindo milhares de pessoas às cidades, ou seja urbanização. Esta afluência conduziu à grande procura de habitações que se viram lotadas em pouco tempo. Como tal, as próprias cidades não detinham as

infra-estruturas necessárias para albergar esta quantidade de pessoas. Assim, o aumento de bairros e favelas foi aumentando, associados às más condições de habitabilidade.

O aumento dos níveis de pobreza e das desigualdades sociais reflecte o nível de vida da população. Habitações degradadas, falta de acesso aos serviços básicos, como água, luz, saneamento, educação e saúde, são consequências destas desigualdades, cada vez mais evidentes.

Para que haja forma de garantir alguma protecção, existem três instrumentos que consagram os Direitos Humanos e as liberdades fundamentais que estão inseridos na Carta Internacional dos Direitos Humanos: PIDESC, PIDCP e a Declaração Universal dos Direitos do Homem. Estes 3 instrumentos servem de base para muitas convenções e princípios adoptados pelas Nações Unidas.

Os dois Pactos acima referidos são instrumentos jurídicos internacionais, como já foi anteriormente apresentado. Isto significa que, quando um Estado se torna Parte destes instrumentos, fica vinculado a fazer cumprir as obrigações impostas pelo direito, adoptando a sua legislação e comprometendo-se a *“assegurar o respeito e o exercício efectivo dos direitos e liberdades neles enunciados”* (ONU, 2002, FI 21:3-4).

Como tal, e tendo em vista o tema de estudo a ser tratado, o direito à habitação torna-se num direito cada vez mais necessário em qualquer sociedade. Apesar de este não estar explícito na legislação de todos os países, o direito à habitação adequada apresenta maior pronúncia na Declaração Universal dos Direitos do Homem e no PIDESC.

Através da DUDH em 1948, mais especificamente através do artigo 25º, como veremos de seguida, o direito a uma habitação adequada passou a integrar o conjunto dos Direitos Humanos universalmente reconhecido, aplicáveis e tido como fundamentais. Após este instrumento legal, outros, mais tarde, instituíram também o direito à habitação. Este passou a tratar-se de um direito fundamental à vida humana.

Considerado já uma componente dos Direitos Humanos, o direito à habitação já é reconhecido como tal na Declaração Universal dos Direitos do Homem. O artigo 25º, nº1 afirma que *“toda a pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar e à sua família a saúde e o bem-estar, principalmente quanto à alimentação, ao vestuário, ao*

*alojamento, à assistência médica e ainda quanto aos serviços sociais necessários, tendo também direito à segurança no desemprego, na doença, na invalidez, na viuvez, na velhice ou outros casos de perda de meios de subsistência por circunstâncias independentes da sua vontade*”. Na mesma declaração, o segundo artigo faz referência à igualdade de direitos habitacionais, segundo o qual, *“todo o indivíduo ou grupo social têm o mesmo direito à habitação, sem distinção de sexo, de idade, de raça, de cor, de religião, de opinião política ou outra”*, inserindo-se no contexto do direito à habitação (ONU, 1948).

O direito à habitação é também abrangido noutros documentos internacionais de carácter vinculativo. De entre esses, o Pacto Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais é o mais explícito, manifestando no seu artigo 11º, nº1 que *“os Estados Signatários no presente Pacto reconhecem o direito de toda a pessoa a um nível de vida adequado para si e para a sua família (abrangendo toda e qualquer pessoa), incluindo alimentação, vestuário e habitação adequados e a uma melhoria contínua das suas condições de vida”* (ONU, 1966). Em conjunto com este, o segundo e terceiro artigos deste Pacto prevêm que todo o Homem, igual de direitos, deve possuir um nível de vida digno, implicando aqui o seu direito à habitação. Estes artigos implicam também o dever de cada Estado de prestar assistência em caso de necessidade, garantindo o cumprimento dos direitos enunciados.

Os artigos acima transcritos representam parte da legislação que salvaguarda de forma mais explícita o direito à habitação. Contudo, inferem-se outros direitos intrinsecamente ligados a este. Os Direitos Humanos são considerados indivisíveis, interdependentes e inter-relacionados entre si. Como tal, o direito à habitação não pode ser desvinculado do direito à saúde e educação de cada indivíduo, por exemplo.

O PIDESC, reconhecido como o principal meio de defesa dos direitos à habitação, salvaguarda ainda, através do Comité dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais, outros direitos, como *“o princípio da não discriminação, o direito à liberdade de expressão, o direito à segurança da pessoa (em caso de desalojamento forçado ou arbitrário ou outras formas de hostilização), entre outros”* (CDESC, s/d, in [www.hrea.org](http://www.hrea.org)); que aquando do seu não usufruto impossibilitam o direito à habitação.

De modo a promover a realização do direito à habitação e a controlar de forma efectiva o cumprimento das normas estabelecidas relativas aos Direitos Humanos, as Nações Unidas, através do ECOSOC, instituíram o Comité dos Direitos Económicos Sociais e Culturais.

Apesar de as desocupações forçadas não serem especificamente questões de Direitos Humanos, o que leva a que estas aconteçam é. Pode acabar por ser um efeito secundário do próprio desenvolvimento, da re-urbanização, e até de conflitos armados. Contudo, levar uma família a sair da sua habitação, do seu espaço seguro é atropelo ao nível de vida adequado. Por norma, as desocupações forçadas são feitas sobre quem tem menos recursos e que levou uma vida inteira a construir. Desta forma não se destrói só o direito à habitação, mas também o modo de vida, a própria cultura e a comunidade já construída. *“Não é possível ser livre, quando se ignoram os direitos e deveres”* (PNUD, 2005:87).

*“O direito a uma habitação condigna é um dos direitos económicos, sociais e culturais que beneficiaram de uma maior atenção e de um maior esforço de promoção, não só por parte dos organismos das Nações Unidas, mas também do Centro das Nações Unidas para os Estabelecimentos Humanos (Habitat) (ONU, 2002, FI ficha 21:5-6).*

É fundamental ter em conta tudo o que um local seguro e estável para viver pode implicar na vida de uma pessoa. Desde saúde física e mental, dignidade, vontade de trabalhar. Uma habitação adequada, como veremos de seguida, passou a ser considerada uma das necessidades básicas do ser humano. Com tal o saneamento e água potável passam também a ser necessidades básicas que contribuem para uma habitação adequada e com condições de habitabilidade. *“As estatísticas da Organização Mundial de Saúde indicam que 1,2 biliões de habitantes dos países em desenvolvimento não têm acesso a água potável e 1,8 biliões não dispõem de saneamento básico”* (Relatório de Avaliação da Década, da OMS, 1990, in ONU, 2002, FI 21:6).

### **III. 2.1. Habitação Adequada**

É importante especificar desde já o termo ‘habitação’. Os artigos apresentados referem-se à habitação de uma forma mais abrangente. Considera-se que o termo habitação

aqui referido diz respeito a uma habitação adequada, e não apenas à habitação sem quaisquer condições de habitabilidade.

Segundo a Estratégia Mundial para a Habitação (1998, in [www.hrea.org](http://www.hrea.org)), “a privacidade, segurança, a qualidade de infra-estruturas básicas (saneamento, água potável), iluminação, ventilação e boa localização, que permita acesso relativamente fácil ao local de trabalho e equipamentos básicos, a um preço considerável, fazem tudo parte da definição de habitação digna”. Aqui apresenta-se a habitação como um conjunto de factores que proporcionam um nível de vida adequado. Factores económicos, sociais, ambientais, entre outros, devem ser aplicados em qualquer contexto de forma a traduzir o direito à habitação digna.

Uma habitação adequada significa mais que ter um teto onde passar a noite. Significa paralelamente espaço adequado; qualidade ambiental; boa localização, que proporcione facilidade de acessos a bens e serviços, como educação, transporte e saúde, entre outros factores essenciais à vida humana.

Todos estes factores contribuem para proporcionar um nível de vida digno e adequado apesar de este variar consoante os países, mediante diferentes factores económicos, sociais e culturais. Contudo, todos os factores, como os acima considerados, são fundamentais para garantir alguma qualidade de vida ao ser humano.

De forma a salvaguardar o direito à habitação, o Pacto Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais nos seus artigos 2º, 3º e 11º, prevê a igualdade de direitos entre todos os Homens, no gozo de uma vida digna, onde o direito à habitação está implícito, como já referido. O CDESC, através de uma série de documentos intitulados de Observações Gerais prevê determinadas salvaguardas relativas à habitação, aos Direitos Humanos e aos desalojamentos forçados como já mencionado anteriormente.

A caracterização de uma habitação adequada implica ainda a atenção a situações de pessoas que atendam a algum tipo de deficiências físicas, que impliquem determinados cuidados (elevadores e rampas para cadeiras de rodas, por exemplo); a necessidade de garantir determinados cuidados médicos; privacidade e conforto de todos e para todos os elementos do agregado familiar; acesso ao saneamento; água potável; garantir também a protecção contra condições climatéricas adversas; boa localização que garanta facilidade

de acesso a possibilidades de emprego; a centros de saúde e escolas entre outros serviços essenciais. Relativamente à acessibilidade económica, *“uma habitação acessível é uma habitação cujos custos financeiros suportados se situam a um nível que não ameaça a satisfação das outras necessidades básicas”* ([www.hrea.org](http://www.hrea.org)). Desta forma, os Estados devem garantir que os custos ligados à habitação estejam de acordo com os níveis de rendimento dos indivíduos. Aos que possuem rendimentos abaixo do necessário para garantir a habitação e o acesso à satisfação das necessidades mais básicas, o Estado deve procurar instituir um sistema de subsídios à habitação ou de ajudas que permitam um nível de vida digno. Esta ideia será explorada com maior profundidade posteriormente.

Sem um lugar adequado para se viver, a dificuldade de assegurar educação, emprego, saúde (física e mental), segurança e privacidade é maior, comprometendo a integridade humana. Em situações de conflitos armados ou situações de pós-desastre, como ocorre frequentemente em determinados países, a violação deste direito é mais frequente.

Poucos direitos humanos têm sido tão fortemente fustigados quanto o direito à habitação e, aliado a este, outros acabam por ser violados. A forma mais evidente de violação a este direito passa pela prática de desocupações forçadas, como apresentado de seguida.

### **III. 2.2. Desocupações Forçadas**

*“Até hoje, as Nações Unidas consideraram apenas as violações do direito à habitação no contexto de expulsões forçadas organizadas ou toleradas pelo Estado. É, no entanto, provável que, num futuro próximo, outras violações, efectivas ou potenciais, do direito à habitação sejam igualmente consideradas”* (ONU, 2002, FI ficha 21:32).

No que diz respeito aos Direitos Humanos, o Direito Internacional estipula a grande maioria das normas que regulam a vida em sociedade. Esta ideia está ligada à constante referência da interdependência e da indivisibilidade de todos os Direitos Humanos estipulados nas várias fontes de direito existentes. Nesta matéria, o Direito Internacional impõe aos Estados a adopção de medidas legislativas que salvaguardem a protecção dos indivíduos contra casos de violação dos DH, garantindo também o recurso a meios jurídicos. É indiscutível que estas violações se tornam mais evidentes quando são vários os direitos violados simultaneamente.



Um exemplo destas violações, tratando-se do direito mais enfoque neste estudo, faz referência à prática das desocupações forçadas e consequente violação do direito à habitação. Esta prática consiste no *“afastamento de pessoas, famílias ou comunidades, contra a sua vontade, dos seus lares, da sua terra, ou das localidades em que vivem, atribuível directa ou indirectamente ao Estado”* (ONU, 2005, FI 25:5). Apesar de não existir uma definição global para esta expressão, o CDESC caracteriza-a como *“a remoção permanente ou temporária contra a sua vontade, de indivíduos, famílias e/ou comunidades das suas casas/terras que ocupam, por vontade de uma ‘agência de desalojamentos humanos’, sem a oferta de acesso adequado a formas de protecção legal”* nem de compensações monetárias (CDESC, s/d, in [www.hrea.org](http://www.hrea.org)).

O direito a uma habitação adequada é reconhecido pelo Direito Internacional. A violação deste direito é mais notória através das práticas de desocupação. Associado à violação deste direito, encontram-se outros direitos também colocados em causa, como o direito à escolha de residência; liberdade de circulação; segurança pessoal, violado muitas vezes recorrendo ao uso da força e intimidações. O assédio directo por parte dos Governos, a detenção ou mesmo o assassinio de chefes de comunidade que se opõem às desocupações forçadas são comuns e violam o direito à vida, à liberdade de expressão e de pertença a organizações da escolha de cada um. Na maioria dos casos de desocupação *“os direitos fundamentais como o direito à informação e à participação popular também são denegados”* (ONU, 2005, FI 25: 23-24).

Muitas vezes o direito à educação, saúde e trabalho é também violado na medida em que crianças e adultos, ficam privados ao acesso a estes serviços pela distância que os separa, assim como lhes é negado o direito à vida familiar. Além dos desalojamentos forçados violarem o direito à habitação, como já foi referido, violam também outros direitos implícitos neste. O direito à vida, à segurança pessoal, ao gozo pacífico dos bens, e muitos outros direitos civis e políticos.

Desde 1986 que as Nações Unidas têm adoptado uma série de resoluções que reafirmam o direito à habitação como uma direito fundamental. Isto pode observar-se através do Comentário Geral nº4 do Comité dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais; da Resolução da Comissão para os Direitos Humanos nº 1993/77<sup>a</sup>; e de outras resoluções e Convenções. Este direito pode ser encontrado expresso na Declaração Universal dos

Direitos do Homem 25º nº1 e no PIDESC 11º nº1. Na maioria das Constituições também já se prevê este Direito, sendo especificado os deveres dos Estados. Angola, nesta data, ainda não previa este direito na sua Constituição, contudo desde 2010, através da aprovação da nova Constituição, tal já se verifica, ainda que não de forma explícita.

O Comentário Geral n.º 4 do Comité dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais sobre o direito a uma habitação adequada estipula que *“todas as pessoas devem usufruir de um grau de segurança que assegure a protecção jurídica contra a desocupação forçada, o assédio e outras ameaças”* (ONU, 1991, par. 8 a)).

Como já referido anteriormente, a violação do direito à habitação prende-se na prática de desocupações forçadas. Estas resultam da tomada de decisões, da legislação ou de políticas dos Estados, ou então mediante a incapacidade do Estado impedir estas actuações por parte de terceiros. *“Que o Estado é responsável pela maior parte das formas de deslocação involuntária de pessoas é quase sempre evidente. Em casos de desocupação forçada, os Governos estão muitas vezes activamente envolvidos no próprio afastamento das pessoas dos seus lares”* (ONU, 2005, FI 25:10).

Estas desocupações podem ocorrer por diversos motivos. *“As desocupações forçadas em áreas urbanas envolvem frequentemente a transferência de terrenos de elevado valor de grupos mais pobres para grupos de rendimento médio ou alto, ou a libertação de terrenos para construção de casas, áreas comerciais, estradas e outras formas de infra-estruturas que beneficiam, em primeiro lugar, grupos mais abastados”* (ONU, 2005, FI 25:18-19).

Sendo conhecidos os impactos que as desocupações forçadas têm na vida económica e social das pessoas visadas, existe uma recorrência frequente à apresentação de razões públicas que justifiquem tal prática. Os argumentos mais comuns são: o rápido crescimento das cidades; a diminuição da intervenção estatal; limpezas étnicas; necessidade de desenvolvimento e construção de infra-estruturas, como barragens ou outras ligadas ao sector energético; eventos internacionais, como os jogos olímpicos; construção de novas habitações; reabilitação urbana atribuída ao embelezamento das cidades; construção de edifícios públicos; erradicação de refúgios que albergam criminosos; especulação imobiliária, expropriações por utilidade pública mediante

declaração feita pelo Governo; demolição de habitações insalubres; protecção da saúde, higiene ou segurança; diminuição dos subsídios por parte do Governo, diminuindo ainda mais os baixos rendimentos das pessoas; entre outros factores que possam ser de alguma forma justificativas desta prática.

Apesar das desocupações forçadas não serem especificamente questões de Direitos Humanos, estas acções contrariam a legislação convencionada pelos Pactos, o PIDESC e o PIDCP, merecendo maior atenção por parte das Nações Unidas. A comunidade internacional tem mostrado maior preocupação a este nível. O afastamento, na sua grande maioria recorrendo ao uso de força, das pessoas dos seus lares, implica uma desestruturação da sociedade. *“As ordens de desocupação, com ou sem base judicial, quase sempre precedem ou acompanham a prática da desocupação forçada”* (ONU, 2005, FI 25:10). Na sua maioria, as desocupações forçadas são planeadas e anunciadas antes de serem executadas, através de publicações ou declarações governamentais ou até por decisão judicial.

Deixaram de ser apenas as áreas rurais a ser as mais visadas, as urbanas também estão a sê-lo cada vez mais. Apesar dos argumentos acima apresentados, os Estados poderiam usar algumas destas justificações em benefício das vítimas de desocupação. Ou seja, usando uma abordagem contrária, poder-se-ia usar estas justificações para libertar terras e espaços urbanos e rurais para a construção de habitações sociais para as pessoas com menores rendimentos e que ainda não têm habitação ou habitação adequada.

Por vezes, em sentido restrito e bem definido, as desocupações podem ser consideradas legais. Como exemplo dessa situação temos os casos de obrigações contratuais violadas por parte dos arrendatários e a ocupação ilegal de casas ou terras. Nestes casos específicos, *“os Governos justificam muitas vezes a prática, afirmando que a mesma é compatível com as normas legais internacionais...devendo agir com prudência, de acordo com as suas obrigações em matéria do direito a uma habitação adequada”* (ONU, 2005, FI 25:12).

As desocupações forçadas podem ser inicialmente intentadas por vários agentes. Aqui podem incluir-se os Governos nacionais, locais e municipais, proprietários, construtores, instituições financeiras, ou outros cujos interesses estejam envolvidos.

Contudo, *“a responsabilidade última de evitar as desocupações forçadas é fundamentalmente dos Governos, independentemente de quem impulsione estas acções”* (ONU, 2005, FI 25:17).

A ONU pretende abordar estas questões, apoiando iniciativas e criando instrumentos de controlo dos Direitos Humanos, procurando apurar as reais causas das desocupações e deslocações, numa tentativa de encontrar soluções eficazes que acabem com a violação deste direito já reconhecido.

Os grandes prejuízos humanos que as desocupações forçadas implicam não se prendem só no aumento da vulnerabilidade das pessoas, principalmente entre mulheres e crianças. Estas acções levam também ao aumento do desemprego e consequente baixa nos rendimentos pessoais e familiares. Isto leva ainda ao aumento de dificuldades na alimentação e precariedade em áreas como a saúde e educação.

Estas pessoas, vítimas de desocupações forçadas, além de verem as suas casas serem destruídas e todo o dinheiro nelas investido, perdem também os seus bens pessoais. “As escavadoras não pedem licença para entrar”, nem tão pouco permitem que sejam retirados alguns bens.

Como as desocupações forçadas acarretam inúmeros efeitos constrangedores para as várias partes, por norma quem as promove arranja uma justificação pública para os seus actos, de forma a tentar legitimar a situação. A principal desculpa prende-se no facto de a grande maioria das desocupações ser feita porque as condições habitacionais de mais de metade da população em países do terceiro mundo não são as mais adequadas. Estas populações, como têm menores rendimentos vêem a sua situação piorar mais ainda, pois possuem poucos meios de recorrer judicialmente, sendo que os seus apoios são também quase nulos.

Quando existem programas de realojamento são, por norma, em locais distantes, com condições de habitabilidade inferiores àquelas em que viviam anteriormente e poucos serviços disponíveis, deteriorando ainda mais a qualidade de vida. Os recursos que têm disponíveis são menores, as suas capacidades sociais são reprimidas, os empregos perdidos, não só pela distância mas também pela falta de serviços (de transporte por

exemplo), capazes de satisfazer as suas necessidades. As crianças ficam longe das escolas e consequentemente os níveis de analfabetismo aumentam.

Após ratificação do PIDESC, os Estados Partes ficam vinculados a prestar declarações e relatórios sobre as práticas de desocupação forçada. A ONU sujeita cada Estado a dar informação acerca do número de pessoas que foram forçadas a desocupar os seus terrenos ou habitações, bem como quantificar aquelas que actualmente ainda não gozam do direito de protecção jurídica contra as desocupações, como se vai ver mais à frente. É de igual modo importante dotar a sociedade de informação relativa à legislação existente, sobretudo aos arrendatários, acerca das leis que proíbem qualquer tipo de desocupação forçada e o seu direito de ocupação.

Devido às acções tidas pelas Nações Unidas, o direito à ocupação e habitação adequada está cada vez mais enraizado “*na interpretação jurídica oficial do direito humano*” (ONU, 2005, FI 25:31). Vários Estados já incorporam na sua lei interna medidas com o intuito de impedir e punir casos de desocupações forçadas. Tem-se o exemplo do Reino Unido que, “*na Lei relativa à Protecção contra a Desocupação estabelece penas para os responsáveis pela execução de desocupações ilegais ou pelo assédio de arrendatários, enquanto que uma lei francesa de 1990 protege juridicamente os direitos de habitação daqueles que, ameaçados de serem desalojados, não tenham para onde ir*” (ONU, 2005, FI 25:32). Além da lei vinculativa contida nos Pactos ratificados, todos os estados membros da União Europeia “*reforçaram as normas legais que protegem os arrendatários contra a desocupação arbitrária*” (idem). Outros países como é o caso do Brasil e Paraguai protegem juridicamente as populações indígenas contra as desocupações forçadas.

A par das imposições das normas previstas, que o Direito Internacional incute aos Estados, foram ainda criados organismos internacionais que visam fiscalizar a observância das várias normas. Estes organismos de controlo reforçam a sua acção através de comentários, de forma informada, de como os Estados Partes estão a cumprir o seu papel e as normas. “*Nos termos dos artigos 16.º e 17.º do Pacto Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais, por exemplo, os Estados Partes têm de apresentar, uma vez de cinco em cinco anos, relatórios abrangentes sobre todas as medidas legislativas,*

*políticas e outras que adoptaram com vista a assegurar o respeito dos direitos definidos no Pacto” (ONU, 2005, FI 25:37).*

Desta forma, os Estados vêem-se obrigados a cumprir o estipulado nos Pactos Internacionais assinados, caso contrário podem incorrer em graves sanções atribuídas por parte do Direito Internacional.

Existem ainda uma série de questões que podem ser levantadas. Quem tem direito a indemnizações quando se verifica a necessidade de desalojamentos ou expropriações? Quem e como se calcula o valor dessas indemnizações? Quem escolhe entre atribuir uma indemnização ou reinstalar a pessoa? Quando é necessário que o direito internacional seja soberano sobre o nacional?

Evidencia-se assim que, as desocupações forçadas não são sintoma, são uma das causas do aumento das desigualdades e da pobreza, tornando o indivíduo mais vulnerável e sujeito a condições miseráveis de vida.

### **III. 2.3. UN-Habitat**

A sociedade global tem vindo a deparar-se com um aumento exacerbado de desalojamentos e deslocações, como tal o número de habitantes a viver em situação precária tem crescido, como está demonstrado no segundo capítulo. Tendo em conta este cenário, a ONU, coordenou duas conferências de carácter mundial, sobre Povoamentos Humanos, com o principal intuito de contrariar o rumo destes acontecimentos, através da discussão e apresentação de soluções.

Vancouver, em 1978, foi palco da primeira conferência, caracterizada como Habitat I com o *“objectivo de coordenar as actividades das Nações Unidas relacionadas com a habitação e o povoamento humano”* ([www.hrea.org](http://www.hrea.org)). Desta conferência resulta a UN-Habitat que se traduz num programa da ONU tendo em vista o desenvolvimento e povoamento humano. O Programa Habitat, descrito como uma *“agência dentro das Nações Unidas, tem como principais objectivos promover ambiental e socialmente o desenvolvimento sustentável dos aglomerados humanos e a aquisição de habitação adequada para todos”* ([www.unhabitat.org](http://www.unhabitat.org)).

Em 1996, a Turquia acolhe uma segunda conferência neste âmbito, levando à criação da Agenda Habitat. Esta Agenda expressa um plano de acção que envolve toda a comunidade mundial, servindo de base para os princípios que dizem respeito ao desenvolvimento sustentável e à habitação adequada, devendo estes ser colocados em prática.

Por falta de rendimentos suficientes, grande parte da população mundial vive de forma precária, sem condições adequadas, em habitações improvisadas e inseguras, como ocorre frequentemente no Brasil, nos cortiços e favelas. Através da Agenda Habitat, a UN-Habitat, reconhece a incapacidade dos estados signatários em questões de sistemas de financiamento e ajudas habitacionais direccionadas para o segmento da população que possui níveis de rendimentos mais baixos. Deste modo, a UN-Habitat aparece como portadora de um importante papel. Esta proporciona *“a melhoria da eficiência, eficácia e da acessibilidade relativa aos sistemas de financiamento de habitação, pretendendo desenvolver mecanismos inovadores que promovam a igualdade de acesso e acessibilidade de financiamento habitacional para todas as pessoas”* ([www.unhabitat.org](http://www.unhabitat.org)). Assim, a ONU pretende que, através da criação deste programa, seja incentivada a redução da pobreza e a promoção do desenvolvimento sustentável.

Em parceria com os governos dos países participantes, a UN-Habitat abraça vários programas relacionados com a habitação, actuando em zonas mais carenciadas, promovendo o urbanismo e desenvolvimento sustentável. Contudo, o direito à habitação não foi legalmente reconhecido por todos os intervenientes. Como tal, inúmeros desalojamentos e expropriações tiveram lugar, provocando o aumento da pobreza mundial, levando a que a falta de habitação se tornasse num dos maiores problemas de vários países.

Os participantes ficaram vinculados a *“apresentar relatórios, de dois em dois anos, à Comissão das Nações Unidas para os Povoamentos Humanos, baseados nos indicadores desenvolvidos pela Habitat”* ([www.unhabitat.org](http://www.unhabitat.org)). Nestes relatórios estão contidas *“informações relativas à disponibilidade, quantidade, qualidade e acessibilidade económica da habitação nos seus países, assim como as acções tomadas e os progressos realizados para o cumprimento da Agenda, bem como outros acordos e compromissos internacionais”* (idem). Para que os compromissos estabelecidos na Agenda Habitat sejam cumpridos, *“o programa das Nações Unidas para o Direito à Habitação (PNUDH),*

*lançado em 2001 numa iniciativa conjunta da UN-Habitat e do Gabinete do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (GACNUDH), actua de forma a ajudar e garantir que os estados membros ajam de acordo com o estabelecido” ([www.unhabitat.org](http://www.unhabitat.org)).*

### **III. 2.3.1. Actividade do Grupo Consultivo sobre Despejos Forçados**

De forma a controlar e até prevenir desalojamentos e expropriações indevidas, a UN-Habitat, através do Grupo Consultivo sobre Despejos Forçados (AGFE), documenta as situações que possam levar a que tal actividade aconteça.

Através das informações recolhidas em [www.unhabitat.org](http://www.unhabitat.org), a AGFE, constituída em 2004, é composta por académicos, organizações governamentais e não governamentais, nomeados pelo director executivo da UN-Habitat, especialistas em áreas de desenvolvimento urbano, de desalojamentos forçados e Direitos Humanos.

O principal objectivo, com a criação deste grupo, assenta na tentativa de evitar o aumento de desalojamentos e expulsões forçadas. Como tal, ao AGFE compete observar e identificar estes casos, desenvolvendo alternativas à prática ilegal das expulsões forçadas. Caso não seja possível contrariar o rumo destes acontecimentos, este grupo actua para que sejam encontradas alternativas e em último caso atribuídas compensações às pessoas visadas. *“As expulsões não deve resultar em indivíduos vulneráveis ou sem abrigo, caso contrário está a ser instruído a violação de outros direitos humanos”* (CESCR, General Comment N.º.7 on the Right to Adequate Housing, (E/C.12/1997/4), par. 8. *In* UN-Habitat, 2007:4).

Numa das reuniões do AGFE, Björk-Klevby, evidencia a importância da UN-Habitat ao afirmar que, mesmo que a grande maioria dos governos estejam vinculados a Pactos Internacionais que protejam os direitos à habitação, continuam ainda a existir desalojamentos e expropriações forçadas, *“muitas vezes em proveito do crescimento económico e do desenvolvimento comercial”* (Björk-Klevby, s/d, *in* [www.unhabitat.org](http://www.unhabitat.org)). Esta situação comprova que mesmo com a existência de legislação internacional de carácter vinculativo, estas práticas continuam a representar ideais internos, onde as normas estão longe de ser cumpridas.



A recorrência a estas actividades ilegais representa uma grave violação de vastos Direitos Humanos. De entre eles, destaca-se aqui o que é mais evidenciado, o direito a uma habitação digna e a falta de protecção do direito à propriedade.

Anna Tibaijuka, directora executiva da UN-Habitat, em 2008, salientou que *“a terra segura e os direitos de propriedade para todos são essenciais para reduzir a pobreza, porque sustentam o desenvolvimento económico e a inclusão social”* (in [www.unhabitat.org](http://www.unhabitat.org)). Se, como é referido nos objectivos do milénio, existe a pretensão de melhorar a vida de inúmeras pessoas que vivem de forma precária, até ao ano de 2020, *“actos como despejos forçados, representam um dos principais obstáculos à realização desse objectivo”* (Tibaijuka, 2005; in [www.unhabitat.org](http://www.unhabitat.org)).

Em 2005, através de um relatório apresentado pela directora executiva da UN-Habitat, pôde constatar-se o desalojamento forçado de cerca de 700.000 pessoas no Zimbabué. A intervenção de Anna Tibaijuka pretendia pôr termo à demolição de habitações e proceder à atribuição de indemnizações aos que foram atingidos por esta catástrofe. Além destes desalojamentos forçados serem injustiças desmedidas contra as vítimas, é preciso pôr termo a estas acções que colocam milhares de pessoas em situações ainda mais precárias. E, sendo África o continente que apresenta uma taxa de urbanização sem planeamento mais elevada, *“vai levar vários anos até que o povo e a própria sociedade se recupere”* (idem).

Além de Angola, o Botsuana, o Brasil, a China, a Colômbia, o Gana, a Índia, Indonésia, Israel, Itália, Quênia, Paquistão, Peru, Filipinas, Senegal, entre tantos outros países, são vítimas de expulsões e desalojamentos forçados. O AGFE tem contribuído para prestar assistência a estes países, tanto a nível consultivo como jurídico. Contudo, mediante o apoio político limitado, e a falta de recursos financeiros, são colocados grandes entraves ao desenvolvimento das actividades deste grupo. *“Em grande parte financiadas pela Campanha Global para a Posse Segura, as actividades do AGFE ficaram reduzidas devido a uma escassez de fundos desde 2006, não tendo sido capaz de ser tão activa como se esperava”* (UN-Habitat, 2007:2).

Apesar disto, desde a sua criação, o AGFE é visto como *“uma voz e uma esperança para uma ampla gama de instituições e para as comunidades ameaçadas e expulsas”*

(AGFE, s/d, in [www.unhabitat.org](http://www.unhabitat.org)), servindo de ponte entre os governos locais e nacionais.

Nos últimos anos tem sido prática comum os despejos forçados, em detrimento de um planeamento urbano sustentável e da criação de políticas sociais inclusivas e habitacionais que incentivem o desenvolvimento sustentável, sendo que estes despejos aumentam em frequência, número e violência, apresentando tendência de aumentar no futuro.

O presidente da Habitat for Humanity, Jonathan Reckford, uma das maiores ONGs internacionais de habitação afirma que *“o investimento em habitação reduz a pobreza, pois origina melhores resultados de saúde, a estabilidade social, e oferece às pessoas um activo que pode utilizar para iniciar pequenos negócios”* (Reckford, s/d, in [www.unhabitat.org](http://www.unhabitat.org)).

Este investimento deve, contudo, ser feito com o pensamento na satisfação das necessidades da população. Devido aos elevados custos habitacionais que o centro das cidades apresenta, a tendência é de fugir para a periferia. Contudo, nestes locais a propagação de doenças, falta de higiene, água, luz e saneamento são mais elevadas.

A restauração de edifícios abandonados no centro das cidades, em detrimento da construção de bairros periféricos, seria uma boa opção. Acabando por facilitar o acesso aos serviços básicos, incentivando também a procura de emprego. É fundamental trazer as pessoas para morar no centro da cidade, facilitando o acesso a bens que garantam a satisfação das suas necessidades, tendo o acesso a meios de transporte mais facilitado, aproveitando a estrutura de serviços que o centro da cidade oferece.

A UN-Habitat, tendo em vista os inúmeros desalojamentos e deslocações forçadas que têm ocorrido, acabou por elaborar um conjunto de estratégias que pretendem ajudar na reintegração social e realojamento dos atingidos por estes actos. Assim, antes mesmo de se garantir um teto para morar, é fundamental garantir que as demais instituições (polícia, e segurança social, por exemplo) garantam protecção e segurança. Depois de garantidas as questões de segurança, é preciso proporcionar um conjunto de factores que façam de um teto, uma habitação com condições adequadas de habitabilidade. Por fim, é fundamental

que a criação destes aglomerados habitacionais sejam feitos com o devido planeamento de modo a reduzir a vulnerabilidade da população para futuros desastres.

Proporcionar às populações meios de subsistência, criar planos de gestão habitacional para os aglomerados humanos, proporcionando o acesso dos mais necessitados a serviços básicos é uma das prioridades do programa da UN-Habitat.

### **III. 3. Responsabilidades dos Estados**

Qualquer pessoa tem direito a um determinado grau de segurança e protecção (instituída na lei) que impeça os desalojamentos e expropriações forçadas. *“Todos têm o direito a usufruir os direitos humanos, tanto em tempo de paz como em tempo de guerra”* (ONU, 2002 FI 13:4). Desta forma, cabe aos Estados proporcionar segurança e garantias destes direitos à população.

O facto de um Estado estar sujeito a determinadas leis, onde o direito a uma habitação adequada está implícito, isso não implica que *“esse Estado seja obrigado a construir casas para a população inteira, ou que a habitação deva ser fornecida de forma gratuita”* ([www.hrea.org](http://www.hrea.org)). Os Estados devem fornecer a garantia de que todos os indivíduos são tratados de igual forma, com os mesmos direitos de acesso a uma habitação adequada. *“O Estado irá proteger e melhorar as casas e bairros, em vez de danificar ou destruir”* (idem).

Apesar de em alguns Estados já estar especificado o direito à habitação na sua legislação fundamental, nem todos apresentam claramente este direito. Contudo este pode ser interpretado noutros artigos que já façam parte da letra da lei. A UN-Habitat constata que *“75% dos países do mundo inteiro possuem constituições ou legislação nacional que promovem a realização completa ou progressiva do direito a uma habitação condigna”* (UN-Habitat, s/d in [www.hrea.org](http://www.hrea.org)).

Só a partir da década de 90 é que o direito à habitação adequada aparece sobre a perspectiva de um direito fundamental. Um bom exemplo disto é a Constituição da República da África do Sul (1996) *“que garante explicitamente o direito a uma habitação condigna e obriga o estado a tomar medidas justas para a sua satisfação progressiva, proibindo também a prática de desalojamentos esforçados”* (in [www.hrea.org](http://www.hrea.org)). O

reconhecimento, por parte dos Estados, de que a habitação adequada faz parte de um dos direitos fundamentais do ser humano já é só por si um grande avanço. Contrariamente ao caso da África do Sul, a Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos (1999) não se refere especificamente a este direito, apesar de, através do direito à vida expresso no artigo 4.º estar subentendido o direito à habitação. Apesar disto, como será apresentado no capítulo seguinte, a República de Angola já abrange o direito à habitação através da sua nova Constituição já aprovada.

Em 2004 teve lugar na Tailândia um diálogo sobre os direitos à habitação onde se aferiu que, sendo o direito à habitação um direito reconhecido por vários Estados e vinculado nas suas leis, a responsabilidade do cumprimento destes direitos concerne-nos a todos, desde o Estado à pessoa individual.

O Comité dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais identifica áreas como *“a discriminação no acesso à habitação; a prevenção de desalojamentos e demolições planeadas; o recurso a indemnizações na sequência de despejos ilegais; denúncias de actividades ilegais tidas pelos proprietários relativamente a má manutenção, rendas elevadas, discriminações raciais, entre outras; prevendo ainda as denúncias contra os proprietários relativas a más condições de habitabilidade”*, como áreas que podem ser interpretadas como uma salvaguarda do direito à habitação (CDESC, s/d, in [www.hrea.org](http://www.hrea.org)).

Ainda menos evidente, o direito à habitação está implícito no catálogo de direitos como o direito à vida, à privacidade do lar, à vida familiar, habitualmente reconhecidos como direitos civis e políticos que constam no PIDESC. Tribunais indianos, por exemplo, têm utilizado esta abordagem de interpretação da lei *“para ler o direito à habitação adequada com base no direito à vida garantido pelo artigo 21º da Constituição indiana”* ([www.hrea.org](http://www.hrea.org)).

Através da Comissão dos Povoamentos Humanos, *“todos os Estados têm obrigação de cessarem todas as práticas que possam resultar ou resultem em violações do direito humano a uma habitação adequada, em particular a desocupação forçada em massa, bem como qualquer forma de discriminação racial ou outra no domínio da habitação”* (ONU, 2005, FI 25:27).

A fim de criar um ponto de referência sobre a evolução do direito à habitação, torna-se indispensável criar um conjunto de indicadores que avaliem o desenvolvimento habitacional. Apesar da exigência do PIDESC, o facto da grande maioria dos Estados não proceder a uma recolha sistemática dos indicadores habitacionais, dificulta uma correcta avaliação, bem como métodos de recolha pouco fidedignos e informação pouco actualizada. É preciso ter também em conta que a maioria dos desalojados não consta nos sistemas de segurança social.

Estes indicadores podem abranger dados relativos ao número de sem-abrigo, habitações sem condição de habitabilidade, desalojamentos ocorridos, medidas usadas pelos Estados para satisfazer as necessidades da população mais desfavorecida, incluindo também a legislação que assegure o direito à habitação e a garantia à propriedade.

A necessidade de políticas que garantam o direito à habitação e a igualdade de tratamento no acesso à habitação e recursos habitacionais (materiais de construção, crédito, terra) são fundamentais para o desenvolvimento humano e social. Sendo que *“até à data, as violações do direito à habitação limitaram-se geralmente ao contexto dos despejos levadas a cabo ou tolerados pelo Estado e à discriminação mediante a raça e sexo”* ([www.hrea.org](http://www.hrea.org)). Futuramente, os Estados Signatários dos Pactos Internacionais, irão incorrer na violação do direito à habitação pela falta de cumprimento de certas normas. A falta de manutenção das infra-estruturas já existentes, a falta da criação de políticas públicas que protejam o indivíduo relativamente à *“degradação geral das condições de habitação”* (idem), e a ausência de compensações adequadas relativas a desalojamentos e expropriações, são algumas delas.

Relativamente aos Direitos Humanos, o Direito Internacional impõe a cada Estado o cumprimento de certas directrizes que, de acordo com a sua jurisdição, salvaguardem e garantam a todas as pessoas determinados Direitos Humanos, *“sem qualquer distinção de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, nascimento ou de qualquer outra condição”* (ONU, 2005, FI 25:39). Desta forma, pretende-se que cada Estado Membro da Comunidade Internacional, cumpra uma série de requisitos, de forma a garantir que: *“a) todas as pessoas, cujos direitos e liberdades sejam violados, disponham a nível nacional de um recurso eficaz contra essa violação, mesmo no caso de ela ter sido cometida por agentes no exercício das suas*

*funções; b) qualquer pessoa que accione esse mecanismo veja os seus direitos serem determinados por uma autoridade judiciária, administrativa ou legislativa competente, ou por qualquer outra autoridade competente, instituída pelo sistema jurídico do Estado, com vista a desenvolver as possibilidades de recurso judicial; c) as autoridades competentes apliquem as decisões resultantes desses recursos sempre que se reconheça terem fundamento” (idem).*

De acordo com o artigo 27.º da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados (1969) sobre o Direito dos Tratados, os Estados têm obrigação de respeitar as obrigações assumidas internacionalmente, *“não podendo invocar disposições do seu direito interno para justificar a não execução de um tratado”*.

A maior parte das resoluções relativas ao direito à habitação digere-se ao Governo. O objectivo central passa por desenvolver e unir esforços para a realização deste direito, promovendo um nível de vida adequado para todas as pessoas. Não só o Conselho Económico e Social, adoptou resoluções a este nível, como a Comissão dos Direitos Humanos, a Subcomissão para a Prevenção da Discriminação e a Protecção das Minorias, também o fizeram.

Os Estados têm o dever de proteger, respeitar e satisfazer as necessidades específicas dos cidadãos, bem como fazer cumprir as normas em vigor. De acordo com o artigo 2.º do PIDESC, os Estados *“comprometem-se a agir...por todos os meios adequados”* (ONU, 1966) de modo a garantir a satisfação das necessidades. Desta forma, os Estados ficam ainda vinculados a agir de acordo com as normas estabelecidas no Pacto após a sua ratificação. Caso seja necessário existe o recurso a reformas constitucionais para que não haja, nem conflito de interesses, nem contradição na lei, na medida em que a lei interna tem de estar de acordo como Direito Internacional, sendo essencial tornar compatíveis as legislações. O Estado também deve adoptar não só as medidas legislativas, mas também as judiciais, educacionais, económicas e sociais para atingir os objectivos a que se propõe. *“Com referência específica ao direito a uma habitação condigna, os Estados Partes devem adoptar uma estratégia nacional de habitação”* (ONU, 2002, FI 21:16). Esta estratégia deverá passar por identificar as necessidades habitacionais e sociais da população, definindo objectivos que sejam adequados aos meios e recursos disponíveis,

de forma a promover uma melhoria destas situações. É ainda importante que o Estado preveja medidas de coação eficazes em caso de violação do direito à habitação.

Para que se verifique um Estado de Direito Democrático é essencial que o país tenha *“uma Constituição forte que incorpore os Direitos Humanos e liberdades fundamentais internacionalmente reconhecidos conforme enunciado na Carta internacional dos direitos humanos”* (ONU, 2004, FI 3:9). Além deste instrumento de Direito e como já foi referido anteriormente, os Pactos ratificados também são de extrema importância. Asseguram o cumprimento, protecção e respeito pelos direitos enunciados na Carta Internacional dos Direitos Humanos (ONU, 2001, FI 2), mas é preciso criar infra-estruturas de recurso judicial que sejam eficazes e independentes em caso de violação dos DH. *“Um sistema eleitoral forte e justo, que reflecta a vontade popular, onde todas as pessoas possam usufruir de segredo e acesso ao voto, eleições periódicas, mandatos definidos”* (ONU, 2004, FI 3:10), bem como um sistema jurídico independente e subordinado à Constituição, que proteja os Direitos Humanos e a Democracia.

Caso seja necessário, os Estados devem utilizar, não só os seus recursos disponíveis, mas também os recursos disponibilizados por outros Estados ou pela comunidade internacional para realizar os objectivos a que se propõe. Na medida em que é frequente invocar-se a falta de recursos para justificar o não cumprimento das obrigações. Além disso, o Estado deve assegurar progressivamente a manutenção das condições que proporciona aos seus cidadãos de modo a garantir melhor qualidade de vida dos mesmos. Outras disposições como a adopção de legislação devem ser tomadas de imediato e não progressivamente. Qualquer lei que se afaste claramente do direito a uma habitação adequada deveria ser revogada ou modificada. É preciso que cada Estado verifique em que situação se encontra, vendo em que medida o direito a uma habitação já está ou não a ser exercido na população, verificando as lacunas que podem existir.

Aqui os Estados devem conceder prioridade aos grupos sociais mais desfavorecidos. Devem garantir que as despesas de habitação são compatíveis com os níveis de rendimento das famílias, assim como subsídios à habitação para quem não tem rendimentos suficientes para ter uma habitação digna, protegendo também os arrendatários do aumento de rendas excessivas. Além disso, os Estados devem assegurar mecanismos

judiciais, administrativos ou políticos que assegurem indemnizações para quando os direitos são violados.

Em caso de violação do direito à habitação, a comunidade internacional está legalmente vinculada a assegurar a protecção das vítimas. Para isso, medidas como a prestação de assistência financeira aos Estados afectados (quando estes casos resultarem de catástrofes naturais ou ecológicas); assegurar abrigo ou habitações às pessoas afectadas; e responder a violações graves do direito à habitação, como é o caso das desocupações forçadas, são fundamentais. Além disto, a comunidade internacional deve reafirmar continuamente a importância dos Direitos Humanos, mais concretamente o direito a uma habitação adequada.

Medidas que confirmem a oportunidade a estas pessoas de terem casas e terrenos através de medidas legais de ocupação, também aumenta o seu nível de segurança. É também importante conferir certos cuidados especiais quando se verifica essa necessidade. Crianças, idosos, portadores de deficientes, entre outros são exemplos desta situação. Outro factor a considerar é a localização das habitações. Na grande maioria das vezes, os locais de realojamento, quando existe essa possibilidade, são distantes dos centros urbanos. Este factor causa grande dificuldade na vida social e económica. As possibilidades de emprego diminuem, o acesso a serviços como escolas e centros de saúde são diminutos, bem como a falta de transportes que muitas vezes se verifica.

Ainda existe relativa falta de clareza no que concerne às normas jurídicas que existem. Quer seja quanto à protecção a que podem aceder ou às ajudas pós violação do direito à habitação que podem reivindicar. Assim sendo, é também função dos Estados dar a conhecer à sociedade os seus direitos, proporcionando também a constituição de instituições nacionais de DH que actuem a favor da defesa destes direitos e de acordo com as Nações Unidas e os Pactos ratificados. Faz parte do dever de cada Estado de, além de assegurar a protecção dos direitos dos cidadãos, de os promover, disponibilizando todos os meios que tem ao seu dispor, garantindo que ninguém é discriminado. Todos os direitos e deveres devem ser reconhecidos pela legislação, bem como a salvaguarda do direito de defesa e de julgamento de quem prevarica esses direitos. Aquando da violação dos direitos, importa que o Estado garanta igualdade de acesso aos tribunais para quem foi lesado.



*“Tal como salientado em diversos relatórios do Secretário-geral sobre a matéria, e na resolução da Comissão dos Direitos do Homem 1995/53, de 3 de Março de 1995 (preâmbulo), a prestação de serviços consultivos e de assistência técnica não diminui a responsabilidade dos Governos pela situação dos direitos humanos nos respectivos países nem”* (ONU, 2004, FI 3:7-8), isenta os Governos de controlar a prossecução dos Direitos Humanos, na medida em que as Nações Unidas possuem os seus próprios mecanismos de controlo. Os Governos devem também controlar o cumprimento dos DH, através do reforço das infra-estruturas nacionais que tem ao seu dispor para tal. Cada Estado deverá promover ainda um clima de entreajuda, incentivando a cooperação entre os Governos dos diversos países.

A intervenção dos Governos, em matéria de Direitos Humanos, pode ser uma tarefa difícil. *“As ONGs pela sua natureza apresentam maior flexibilidade de actuação e facilidade de movimentos que lhes permite realizar tarefas que os governos ou as organizações internacionais não podem ou não querem realizar”* (ONU, 2001, FI 19:2).

Faz parte da competência de cada Estado levar a cabo a protecção dos Direitos Humanos. E a melhor forma de os defender é proporcionar um conjunto de legislação que execute e defenda destes direitos. A garantia de tribunais independentes, sem interesses envolvidos ocultos é também uma mais-valia, como usufruir de recursos individuais e garantir instituições democráticas. Contudo, a existência de tribunais independentes e de uma democracia não é garantia por si só de que não vão ocorrer violações dos DH.

A par da necessidade de criar poderes e instituições legais independentes que promovam a protecção dos Direitos Humanos, é fundamental que os Estados além de adoptarem legislação interna ratifiquem tratados e Pactos. Como tal, após cada Estado ratificar algum Pacto ou tratado fica vinculado a incorporar a legislação e a cumprir as obrigações às quais se sujeitou ao ratificar o tratado. *“Quando ratificam um instrumento de direitos humanos, os Estados ou incorporam directamente as suas disposições no seu direito interno ou se comprometem a cumprir por outros meios as obrigações que esse instrumento comporta”* (ONU, 2001, FI 19:2). As igrejas, sindicatos, e até mesmo os meios de comunicação podem ajudar na defesa destes direitos.

A necessidade de criar instituições nacionais de defesa de Direitos Humanos é, à luz das directrizes e missões dos vários acordos, tratados e organizações das Nações Unidas, um empreendimento decisivo. Estas devem ser instituídas segundo as tradições culturais e o sistema jurídico que cada país, tendo em consideração o sistema político existente, de forma a respeitar a cultura já presente. Contudo, estes instrumentos não são criados como substitutos dos órgãos de defesas de DH criados pelas Nações Unidas, estas devem sim, trabalhar em cooperação entre si no combate à violação dos DH, promovendo-os e protegendo-os.

Qualquer governo pode intervir e impedir a prática de desocupações forçadas, assegurando a manutenção do direito à habitação aos seus cidadãos. *“Esta prática pode ser efectivamente eliminada quando e onde os Governos escolherem fazê-lo”* (ONU, 2005, FI 25:21), onde a falta de recursos disponíveis não pode ser usada como justificação destes actos.

Quanto maior for a consolidação democrática e a ocorrência de eleições justas e, quanto maior for o grau de participação popular, menor será a probabilidade de ocorrerem desocupações forçadas. Uma boa consolidação institucional proporciona maior responsabilidade governamental e por consequência maior respeito pelos Direitos Humanos (Diamond, 1999).

## **IV. Capítulo II**

### **IV. 2. Angola**

O objectivo deste capítulo passa por direccionar as ideias já debatidas anteriormente, relativas ao direito à habitação e à sua consequente violação. Como tal, através de dados retirados de jornais e documentos que retratem a violação do direito à habitação, a República de Angola será o caso aqui apresentado.

Numa primeira abordagem caracteriza-se globalmente o país, apresentando os seus principais indicadores, de forma muito genérica. Posteriormente, o desenvolvimento humano e o combate à pobreza são temas a ser tratados com maior ênfase. De seguida é retratada a questão do direito à habitação e dos danos causados às vítimas. Por último,

além das verificações e ilações resultantes dos dados expostos, são apresentadas algumas propostas de medidas a ter em consideração para reduzir esta prática.

#### **IV. 2.1. Caracterização do País: Angola**

Actualmente presidida por José Eduardo dos Santos, Angola, com uma superfície de 1.246.700Km<sup>2</sup>, situada na costa ocidental de África, é limitada, principalmente a Sul pela República da Namíbia, a Norte e parte da fronteira Este pela República Democrática do Congo e pela República Popular do Congo, a Este pela República da Zâmbia, fazendo também fronteira a Oeste com o oceano Atlântico.

A maior parte deste território, de clima tropical, é composto por floresta e pradarias. No que concerne à agricultura, pouco é o território disponibilizado para tal, apesar de esta assegurar a subsistência da grande maioria da população.

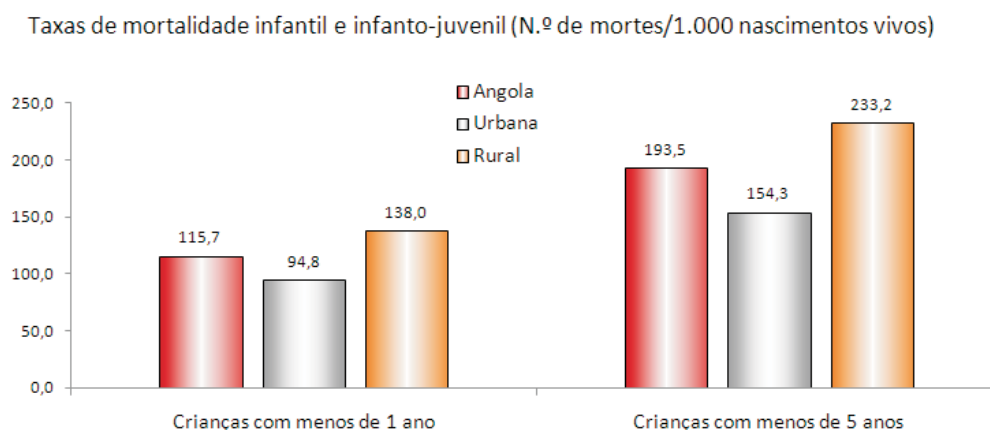
Além da sua capital, Luanda, a cidade do Lobito, Cabinda, Benguela, Lubango e Namibe, são consideradas as principais cidades da República de Angola.

Sendo o Português a língua oficial, existem ainda outros idiomas falados como o Umbundu e o Kimbundu. Composta por dezoito províncias, Angola alberga cerca de 19.081.912 de habitantes em 2010, de acordo com dados retirados do Banco Mundial. Confirmando este valor, a Organização das Nações Unidas, no RDH de 2010, aponta para um quantitativo populacional em Angola em 2010 de 19 milhões de habitantes e uma taxa de crescimento natural de 3,2%. Contudo, apesar do valor apresentado, este é um tanto ou quanto questionável, na medida em que não existem dados concretos relativamente ao número exacto da população angolana. Um trabalho rigoroso de recenseamento é vital para a prossecução de políticas de urbanismo e habitação. Apenas em 2013 se prevê um censo populacional capaz de quantificar a população inteira, revelando indicadores como a taxa de fecundidade, natalidade e mortalidade, entre outros que, até à data ainda não são os mais precisos.

De acordo com o Ministério do Planeamento, existe um predomínio de classes etárias mais jovens, entre os 0 e os 30 anos, apresentando uma pirâmide etária larga na base e estreita no topo. Ainda relativamente baixa, a esperança média de vida à nascença de acordo com o RDH de 2011, situa-se pelos 51.1 anos. De acordo com o inquérito

realizado pelo Ministério do Planeamento, Inquérito Integrado sobre o bem-estar da população (IBEP), a taxa de mortalidade de crianças com menos de 5 anos ainda se situa nos 193.5 por 1000 habitantes em 2010, apresentando diminuições pouco significativas ao longo dos anos. Relativamente a crianças com menos de um ano, verifica-se um valor igualmente elevado, 115.7/1000, como se pode verificar na Figura 1, abaixo apresentado.

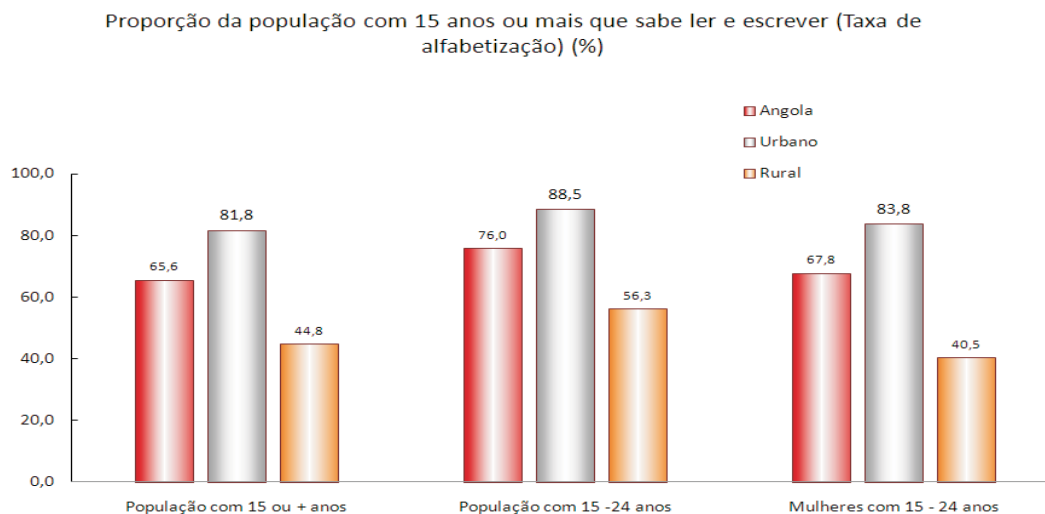
Figura 1



**Fonte:** Ministério do Planeamento do Governo da República de Angola: Inquérito Integrado Sobre o Bem-Estar da População (IBEP) 2008-09 – “Principais Resultados Definitivos: versão resumida”. Luanda Instituto Nacional de Estatística.

No que concerne à taxa de alfabetização, através dos dados fornecidos pelo Banco Mundial, a taxa de alfabetização tem aumentado. Em 2001 apresentava cerca de 67% contra os 70% em 2009 para indivíduos com mais de 15 anos. Contudo, através dos dados apurados pelo inquérito IBEP em 2010, este valor situa-se nos 65.6%, observável na Figura 2. Para idades compreendidas entre os 15-24 anos, de acordo com o mesmo inquérito, elaborado pelo Ministério do Planeamento em 2010, situa-se entre os 76%.

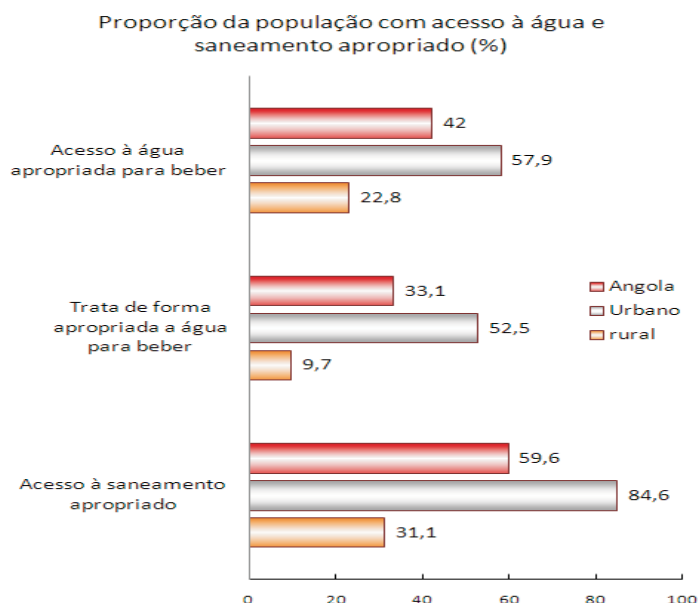
Figura 2



**Fonte:** Ministério do Planeamento do Governo da República de Angola: Inquérito Integrado Sobre o Bem-Estar da População (IBEP) 2008-09 – “Principais Resultados Definitivos: versão resumida”. Luanda Instituto Nacional de Estatística.

Verificou-se uma melhoria no acesso a fontes de água na população rural em Angola entre 2006 e 2010. Como refere o Banco Mundial, cerca de 38% da população rural já tem acesso a estas fontes, e 86% da população urbana em Angola já tem acesso a pelo menos uma instalação de saneamento adequada em 2008. Apresentando valores um pouco mais baixos, o inquérito realizado pelo Ministério do Planeamento, mais actual, constata que apenas 84.6% da população urbana tem acesso a instalações adequadas de saneamento (Figura 3).

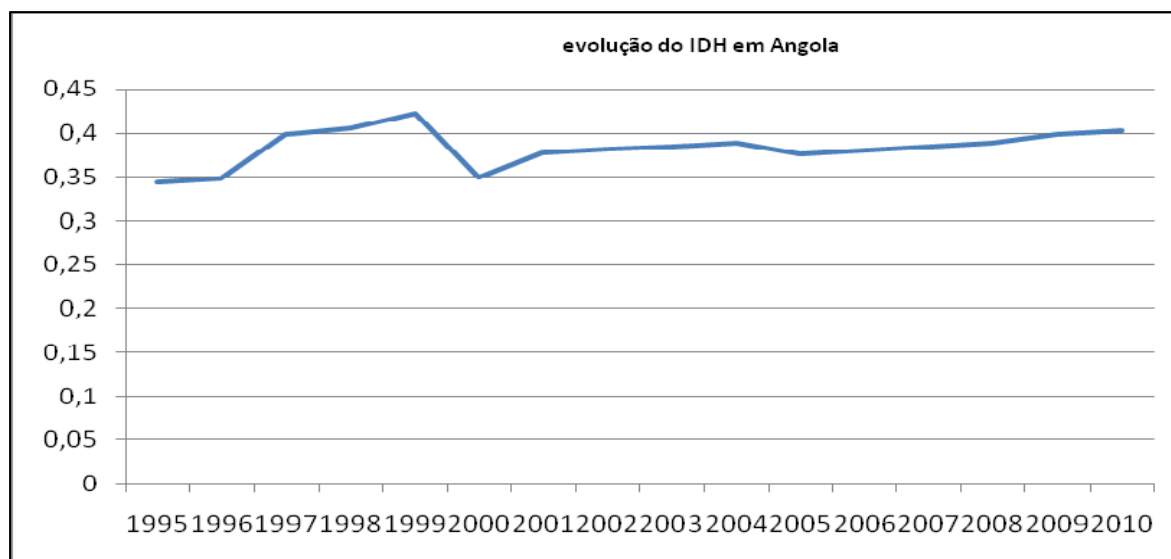
Figura 3



**Fonte:** Ministério do Planeamento do Governo da República de Angola: Inquérito Integrado Sobre o Bem-Estar da População (IBEP) 2008-09 – “Principais Resultados Definitivos: versão resumida”. Luanda Instituto Nacional de Estatística.

De acordo com os valores acima referidos, pode constatar-se o baixo Desenvolvimento Humano da população angolana. O Desenvolvimento Humano de uma sociedade pressupõe a melhoria constante da sua qualidade de vida. Tal acontece através do aumento de bens e serviços que permitam a satisfação das suas necessidades e pelo aumento de oportunidade e escolhas que cada indivíduo pode fazer, sem descurar do respeito pelos Direitos Humanos. Esta tornou-se uma variável fundamental para a classificação de um país. De acordo com o Relatório do Desenvolvimento Humano (2011), “o *Desenvolvimento Humano* consiste no alargamento das liberdades e capacidades das pessoas para viverem vidas que valorizam e que têm motivos para valorizar” (PNUD, 2011). O Índice de Desenvolvimento Humano vai permitir fazer esta classificação. Angola, sendo o 148º país na lista, apresenta, de acordo com o este relatório um IDH de 0.486, sendo este um valor baixo. Através das estimativas do CEIC (Centro de Estudos e Investigação Científica – Universidade Católica de Angola) pode observar-se na Figura 4 as variações ocorridas no IDH de 1995 a 2010.

Figura 4



**FONTE:** PNUD – Relatórios de Desenvolvimento Humano 2003 a 2010. Estimativas do CEIC (Relatório Económico 2010 do Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola).

Relativamente à grande complexidade na sua estrutura social, Angola é composta por diferentes raças e etnias. A principal religião praticada é o cristianismo (catolicismo e protestantismo), existindo ainda outras crenças institucionalizadas pelos populares.

No que diz respeito aos indicadores da saúde, Angola encontra-se entre as piores e mais deficientes no mundo. Os cuidados médicos continuam a ser mínimos e rudimentares, perpetuando a existência de doenças como a cólera e a febre-amarela e impedindo a diminuição de outras como o HIV/SIDA. A ausência de vacinas ainda é uma realidade neste país, condicionando a sobrevivência de centenas de crianças. Angola apresenta-se como um país com os piores indicadores. Além de uma esperança média de vida baixa como já referido, a taxa de mortalidade infantil e outros indicadores também o são. As más condições de habitabilidade, o escasso acesso a água potável e saneamento adequados, são importantes factores que restringem a qualidade de vida e saúde da população.

Até à sua independência a 11 de Novembro de 1975, Angola fazia parte de uma das muitas colónias de Portugal. Após a queda do regime autoritário do Estado Novo, de 25 de Abril de 1974, em Portugal, Angola tornou-se um país independente, realizando as suas primeiras eleições presidenciais e legislativas livres, em 1992. A história de Angola, após a

sua independência, é fortemente marcada por um conflito armado ocorrido até 2002 entre os dois maiores partidos, MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) e a UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola). Este facto acaba por se tornar preponderante para o desenrolar da actual situação vivida em Angola, bem como na forma como a população se deslocou internamente. A capital, não sendo palco da Guerra Civil, acaba por acolher os deslocados internos que pretendiam fugir ao conflito.

Apenas em 1976 se torna membro da ONU, acabando por ratificar alguns dos seus Tratados e Convenções. Em 1991 ratifica o PIDESC, assegurando *“a todos um nível de vida adequado para si e para a sua família, incluindo o direito à habitação”*(ONU, 1966). Ficam ainda por ratificar documentos relativos à discriminação racial e forma de tortura e castigos cruéis.

País de grande potencial exportador e muito rico em minerais, Angola é o segundo maior exportador de petróleo e diamantes, impulsionando uma economia cada vez mais crescente. *“A economia angolana pode ser caracterizada por dois traços fundamentais: grandeza de recursos oferecidos pela natureza e extraordinária variedade de condições e possibilidades”* (Rocha, 2010:25). Segundo o estudo sobre empreendedorismo GEM Angola 2010, o grande crescimento verificado na economia angolana até 2008 acabou por sofrer uma desaceleração devido à crise económico-financeira sofrida mundialmente. No sentido de promover a diversificação dos factores de desenvolvimento económico do País, importantes reformas têm sido implementadas a nível nacional e regional, tendo em vista a melhoria das infra-estruturas e a criação de condições favoráveis à formação de novas pequenas e médias empresas (CEIC, 2010). De acordo com o Jornal de Angola, *“Angola, o segundo maior exportador de petróleo da região subsaariana, deve retomar o seu crescimento económico a um ritmo mais consistente, prevendo-se que atinja mais de 7,1 por cento em 2011, depois de ter sofrido um crescimento limitado a 0,7 por cento, em 2009”*. Os seus principais parceiros comerciais são Portugal, EUA, Bélgica, Brasil, Alemanha, França e Espanha. No que concerne às importações, Angola importa sobretudo bens alimentares, viaturas e equipamentos eléctricos.

A par da acentuada desigualdade entre as diversas regiões, sobretudo derivadas da guerra civil, concentrando a maior parte da actividade económica em Luanda e Bengo, as desigualdades populacionais são cada vez mais evidentes. O fosso entre ricos e pobres e



meio rural e urbano tem aumentado gradualmente, onde a maior parte da população vive em condições de pobreza extrema, como se evidencia nos pontos seguintes. De acordo com Rocha (2010:22), *“a elevada taxa de pobreza é, na verdade e do ponto de vista social, talvez a maior ofensa que um país independente e com extraordinárias potencialidades de crescimento pode fazer aos seus cidadãos”*.

#### **IV. 2.2. Desenvolvimento Humano em Angola – Promoção dos Direitos Humanos**

*“Os direitos humanos podem ser universais, mas não são universalmente aceites”* (UNDP, 2000:112). Desta forma, *“não há justificação para não respeitar os direitos, incluindo tortura, desaparecimentos, falta de alimento e desalojamentos forçados que não podem ser tolerados em qualquer nível de desenvolvimento”* (UNDP, 2000:98).

Para ser possível atingir um nível de bem-estar e dignidade social o cumprimento dos Direitos Humanos e a própria promoção do Desenvolvimento Humano têm um papel fundamental. A melhoria constante do nível de bem-estar social impõe uma procura de conhecimentos, acesso a oportunidades e recursos necessários que satisfaçam as necessidades básicas de vivência em sociedade. O Desenvolvimento Humano *“deve ser entendido como um conjunto de processos, em vez de uma série de resultados”* (PNUD, 2005:23).

Indivíduos e comunidades interagem entre si para atingir um objectivo em comum, o bem-estar social, onde os direitos civis e políticos, assim como a liberdade democrática têm um papel basilar. Nesta fase é de especial importância a intervenção do *“Estado na formulação de políticas públicas que suportem esses objectivos”* (PNUD, 2005:23). Apesar disto, o aumento dos Direitos Humanos constrange muitos indivíduos em situações privilegiadas, divergindo com os seus interesses. *“Os direitos humanos são vistos como uma ameaça por muitos grupos, incluindo muitos em posições de poder ou superioridade”* (UNDP, 2000:112).

Com o aumento dos fluxos económicos e do crescimento económico, as desigualdades sociais têm aumentado. *“Sem desenvolvimento económico não há*

*desenvolvimento humano, e vice-versa*” (PNUD, 2005:68). O distanciamento entre ricos e pobres é cada vez mais evidente.

A lei n.º 23/92 de 16 de Setembro de 1992, referente à Constituição angolana contém referências sobre direitos civis, políticos, sociais e económicos. Como referido no Relatório de Desenvolvimentos Humano de 2005, estão aqui incluídos direitos como o direito à liberdade de todos os cidadãos perante a lei; liberdade de expressão e movimento; respeito e protecção da vida humana; encontrando-se ainda expresso o direito à propriedade, incluindo o direitos dos camponeses à propriedade de terra (PNUD, 2005:25).

Apesar destas directrizes, a protecção destes e de outros direitos relacionados com os Direitos Humanos, não são ainda colocados em prática, muito em parte pelo desconhecimento dos populares relativamente à letra da lei e ao deficiente acesso aos sistemas de justiça. A visível incapacidade dos tribunais em enfrentar um volume tão elevado de conflitos também é evidente.

O Estado Angolano cada vez mais *“se demite da sua função reguladora da sociedade”* (PNUD, 2005:78), *“não sendo possível ser livre quando se ignoram os direitos e deveres”* (PNUD, 2005:87). *“Como as leis são elaboradas pelo Parlamento sob proposta do Governo cabe à política decidir a justiça em seu benefício”* (PNUD, 2005:86). Com receio da perda do poder, políticos condicionam as suas decisões de modo a garantir que a justiça responda perante eles. Os próprios *“partidos políticos respondem, igualmente, aos interesses dos detentores do poder económico”* (PNUD, 2005:79). São assim colocados de parte os interesses que visam o benefício da sociedade, devendo estes (os partidos) ser órgãos de confiança da população que permitam criar maior estabilidade tanto política como social. Além disto, a participação dos diferentes grupos sociais na tomada de decisões é praticamente nula.

Relativamente aos meios de comunicação, tendencialmente cedem aos interesses sociais e económicos dos seus financiadores, tornando-se menos imparciais. O Estado angolano deveria *“garantir total independência da administração da justiça”* (PNUD, 2005:85), bem como a prossecução da defesa dos direitos e liberdades dos cidadãos, garantindo a elaboração de prerrogativas legislativas que defendam os mais necessitados.

*“Não há justiça se não houver boas leis...transparecendo a incapacidade do Estado de governar”* (PNUD, 2005:86).

O PIDESC, ratificado por Angola em 1992, vem auxiliar no processo de instauração e modificação do sistema jurídico e da implementação de novas leis, reforçando os Direitos Humanos, e o direito à habitação em particular.

A Constituição de Angola (2010), ainda que indirectamente reconhece o direito à habitação. O Título I desta Constituição atribui maior ênfase aos princípios fundamentais da vida humana. De entre eles destaca-se o direito à propriedade e, implicitamente, o direito à habitação. Ainda que não de forma explícita, o art. 15.º, n.º1 dispõe que *“a terra, que constitui propriedade originária do Estado, pode ser transmitida para pessoas singulares ou colectivas, tendo em vista o seu racional e efectivo aproveitamento, nos termos da Constituição e da lei”*. Já o n.º2 do mesmo artigo salienta que *“são reconhecidos às comunidades locais o acesso e o uso das terras, nos termos da lei”*.

A própria Declaração Universal dos Direitos do Homem foca no art. 17.º n.º 1 e n.º2 que *“toda a pessoa, individual ou colectiva, tem direito à propriedade e ninguém pode ser arbitrariamente privado da sua propriedade”* (ONU, 1948).

*“Os direitos humanos, assim como o direito à habitação, são realizados quando os indivíduos podem desfrutar de certos bens e liberdades e, quando existem medidas para assegurar esses bens e liberdades”* (UNDP, 2000:19).

A par da necessidade do Estado proporcionar mecanismos legais e financeiros que incentivem o direito à habitação, é fundamental construir espaços habitacionais a fim de dar resposta às necessidades emergentes. Esta construção, desenhada de forma ordenada e bem localizada, deverá promover a sustentabilidade social e humana.

Esboçou-se uma realidade considerada na lei n.º 3/07, de 3 de Setembro, que faz referência a uma lei base para a promoção da habitação, como evidenciado no Relatório da Sociedade Civil de Angola (OUN, 2008). Mais é aqui referido, relativamente ao artigo 1º, n.º1 encontram-se treze princípios que se referem a questões habitacionais. São abordados temas como a habitação social para os mais necessitados, que não têm como pagar rendas

elevadas; desburocratização de processos administrativos e licenciamento de construções habitacionais; crédito habitação, entre outros (idem).

Além destes temas, o referido Relatório apresenta a proposta que o Governo de Angola pretendia alcançar para o período de 2007-2008. Segundo o mesmo Relatório acima referido, previa-se a construção de 5.130 habitações sociais, beneficiando 4.400 famílias.

Sem dados concretos relativamente à população com casa, seja ela própria ou arrendada, ou até mesmo sobre aqueles que vivem em situações precárias, é difícil contabilizar valores reais, existem apenas estimativas. Só o facto de não se poder concretizar valores é por si só uma realidade alarmante.

A Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos (CADHP), também conhecida como Carta de Banjul, caracterizou-se num significativo acontecimento após a independência dos Estados africanos. Adoptada a 28 de Junho de 1981, na décima oitava Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da Organização de Unidade Africana entra apenas em vigor em 1986, sendo ratificada pela maioria dos Estados Membros da Organização de Unidade Africana, como refere Pires (1999). Esta Carta vem *“preencher uma lacuna em matéria de protecção dos direitos do homem”* (Pires, 1999:336).

Esta evidencia, não apenas os direitos do homem, mas também os direitos dos povos. Quer isto dizer que as tradições antigas e os valores da sociedade tiveram grande influência no conteúdo da Carta *“traduzindo uma especificidade africana do significado dos direitos do homem”* (idem). De forma a assegurar o cumprimento dos vários direitos económicos e sociais, a CADHP não confere qualquer distinção entre os vários direitos consagrados, como os civis e políticos. *“A Carta não distingue a natureza dos direitos, atribui-lhes igual força jurídica e submete-os todos à “jurisdição”, ou melhor, ao controlo da Comissão Africana dos Direitos do Homem”* (Pires, 1999).

Com a particularidade de desenvolver o significado das obrigações individuais, para com os seus pares e para com a comunidade, e sabendo da necessidade de respeitar tradições e costumes, direitos e liberdades, a CADHP revela ser o único tratado que explora sumariamente o conteúdo dos deveres e obrigações dos indivíduos na extensa diversidade dos Direitos Humanos.

Apesar de introduzir esta nova “versão” das obrigações individuais, a Carta revela-se pouco precisa, permitindo inúmeras interpretações da letra da lei, proporcionando a possibilidade de *“encontrar um fim legítimo para justificar uma ingerência nos direitos e liberdades dos indivíduos”* pela criação de restrições que actuam em benefício e protecção do Estado com danos para o indivíduo (Pires, 1999:337). Em contrapartida, a grande maioria dos países africanos já inclui nas suas Constituições maior protecção relativa aos direitos humanos, *“pelo que a ordem interna de alguns Estados encontra-se em certos casos mais habilitada a proteger os direitos do cidadão”* (Pires, 1999:349) devido, maioritariamente às exigências previstas pelo Direito Internacional.

No que concerne ao direito à propriedade, consagrado no artigo 14.º, como salienta Pires, a lei aqui apresentada encontra-se algo ambígua. *“O direito de propriedade é garantido, só podendo ser afectado por necessidade pública ou no interesse geral da colectividade, em conformidade com as disposições de normas legais apropriadas”* (art. 14.º da Carta de Banjul). *“No entanto, alguma ambiguidade na sua definição surge agravada pela aceitação de possíveis restrições impostas pela lei, pela “necessidade pública” e pelo “interesse geral da colectividade”, sem referir expressamente a propriedade privada”* (Pires, 1999:344).

Em toda esta rede legal observa-se a real importância da protecção do direito à habitação, sendo este, cada vez mais, considerado um direito fundamental à vida humana. Como referido no Relatório da Sociedade Civil Angolana *“estão criadas as condições para a concretização do direito à habitação”* (OUN, 2008).

É fundamental dotar os cidadãos de ferramentas que lhes possibilitem colocar em prática a protecção dos direitos. É fácil alterar leis, contudo investir em instituições públicas e na formação dos indivíduos tem os seus custos. Como tal, para o desenvolvimento económico, muitos dos direitos sociais e culturais, como o direito à alimentação, educação, cuidados de saúde e trabalho, são de especial importância para a erradicação da pobreza (UNDP, 2000:77), como veremos de seguida.

#### **IV. 2.2.1. Combate à Pobreza em Angola**

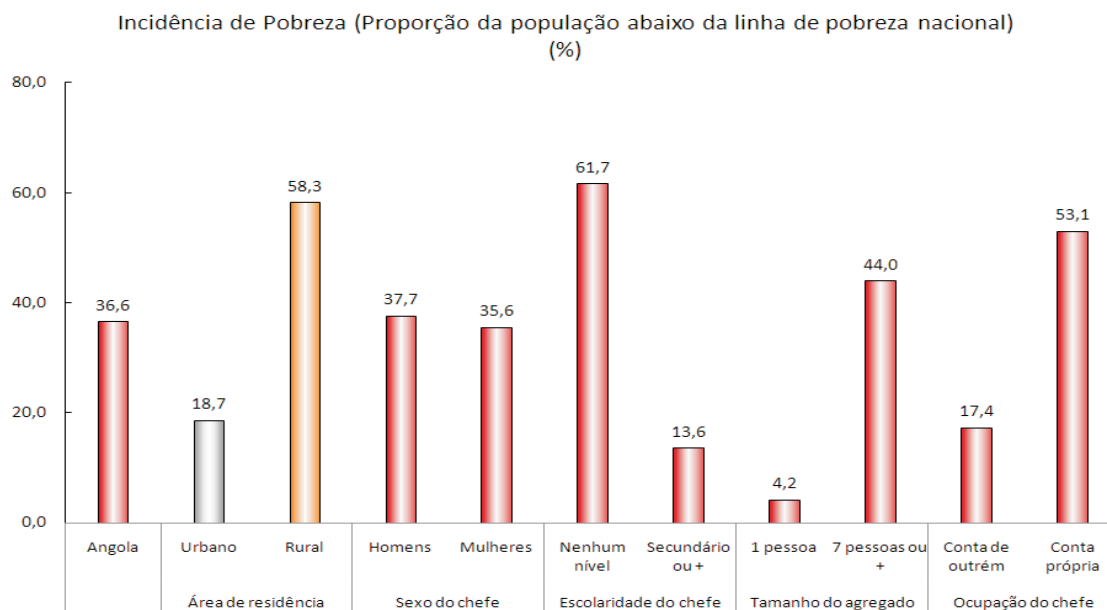
*“A formulação de políticas públicas para combater a pobreza é um exercício penoso em África, porque os peritos dos Governos têm que conciliar interesses*

*incompatíveis”* (PNUD, 2005:15). A par desta dificuldade encontra-se a ausência de dados concretos relativos à real situação angolana. *“Angola está limitada pela fraca disponibilidade de dados e acesso limitado aos mesmos, realizados pelo INE, relativos a receitas e despesas”* (PNUD, 2005:35).

Apesar destas dificuldades, a partir do inquérito elaborado pelo Ministério do Planeamento, IBEP, em 2010, foi possível apurar alguns valores referentes aos níveis de pobreza vividos em Angola. De acordo com este inquérito, para se chegar aos valores abaixo apresentados (Figura 5), teve-se de, numa primeira fase, escolher um indicador de bem-estar, neste caso o consumo do agregado familiar. Depois, definir este consumo, em termos de quantidades, bens alimentares ou não, e o padrão verificado no mês. De seguida, ajustaram-se as diferenças no custo de vida e nas necessidades de consumo. Após isto, definiu-se uma linha de pobreza absoluta capaz de referenciar os níveis de pobreza verificados em Angola, mediante as áreas de residência, sexo do chefe do agregado familiar, a sua escolaridade e ocupação e o próprio tamanho desse agregado.

Desta forma, como se pode verificar abaixo, Angola apresenta cerca de 36.6% da população abaixo da linha de pobreza nacional. Nestes valores, as zonas rurais são as mais atingidas. Quando o chefe de família não possui nenhum nível de escolaridade e quanto maior for o agregado familiar, o grau de incidência de pobreza é maior.

Figura 5



**Fonte:** Ministério do Planeamento do Governo da República de Angola: Inquérito Integrado Sobre o Bem-Estar da População (IBEP) 2008-09 – “Principais Resultados Definitivos: versão resumida”. Luanda Instituto Nacional de Estatística.

A grave situação de pobreza em Angola é, em parte, proveniente da guerra prolongada, da má urbanização e do deficiente aproveitamento dos recursos naturais existentes no país. *“A guerra explica a dimensão do desespero enfrentado pela maioria da população angolana, mas ao mesmo tempo não deveria ser a única desculpa para toda a sua desgraça”* (PNUD, 2005:15). A conjugação destes factores levou à deterioração das condições de vida da população, bem como à diminuição dos direitos e liberdades. *“A pobreza é vista com uma insuficiência de recursos capaz de assegurar as condições básicas de subsistência”* (Ministério do Planeamento do Governo da República de Angola (MPGRA), 2005:18). Como exposto no inquérito elaborado pelo MINADER, quando *“instados a identificar a sua percepção sobre o conceito de pobreza, os agregados entrevistados, consideraram-na como ‘a falta de terra ou meios para trabalhar a terra ou criar gado’*. Noutra questão, que pretendia identificar quem eram os mais pobres na comunidade, as respostas incidiram *‘nos mais velhos e nas mulheres’*” (PNUD, 2005:49).

Em consequência da destruição de parte das províncias angolanas, infra-estruturas e serviços, e posteriormente das migrações internas, o grau de pobreza da população aumentou. Terrenos agrícolas ora consumidos pela destruição, ora abandonados pelos populares que se refugiaram nas grandes cidades, reduziram a produtividade e consequentemente a competitividade económica, como se pode constatar através do Ministério do Planeamento (2005).

A deslocação das áreas rurais para as urbanas é uma real tendência dos fluxos migratórios em Angola. Os principais centros urbanos e capitais de província detiveram a preferência de centenas de pessoas, sendo estes centros vistos como pontos de abrigo para os refugiados da guerra. *“O crescimento populacional observado na província de Luanda corresponde inteiramente ao crescimento urbano que ocorreu na capital do País e que foi provocado pela deslocação da população por motivos de insegurança”* (MPGRA, s/d). Albergando centenas de pessoas, levaram a um aumento descontrolado da população e consequente degradação das condições de vida. Verificou-se o aumento das assimetrias regionais que, segundo Rocha *“provocou uma estratificação social indecente e imoral ao relegar para planos secundários e terciários de consideração social e condições económicas de vida franjas consideráveis da população”* (2010:20).

Pelo resultado das migrações internas aceleradas e necessárias à sobrevivência, o Relatório de Desenvolvimento Humano de 2005 apresenta uma série de fenómenos daí resultantes. Primeiramente quantifica-se um aumento na pressão sobre os equipamentos e serviços sociais urbanos, dificultando a sua extensão a toda a população. De seguida são apontadas as consequentes degradações ambientais daí advindas, resultantes da pressão exercida sobre a terra, água e meios envolventes. Por último, este Relatório assume que a pressão sobre os mercados de trabalho também aumentou de forma desproporcionada. A crescente mão-de-obra excedeu as ofertas existentes, provocando maior pressão na economia e resultando daí uma diminuição nos salários – também devidos à insuficiente qualidade na mão-de-obra existente (PNUD, 2005:36).

Posto isto, Angola necessita de criar um plano a fim de reduzir os níveis de pobreza que aqui se verificam. *“O Governo Angolano necessita de criar uma estratégia de combate à pobreza, definindo objectivos e prioridades, que promovam o desenvolvimento económico e social sustentável”* (MPGRA, 2005:6).



O caso aqui a ser tratado diz respeito a uma das principais necessidades que o país atravessa neste momento, sendo este também um bom indicador do nível de pobreza: o direito a uma habitação adequada. Desta forma, é evidente a necessidade de uma política habitacional que, além de garantir a reinserção dos deslocados assuma o compromisso de proporcionar aos seus cidadãos habitações sociais adequadas, pondo fim à prática dos desalojamentos forçados e consecutiva violação do direito à habitação, já reconhecido. *“A habitação é considerada como um dos elementos mais importantes de bem-estar social e económico”* (MPGRA, 2005:35). *“Estima-se que só durante o ano de 2001 mais de 439 mil pessoas tenham sido forçadas a abandonar as suas casas, devido à intensidade do conflito armado e à violência que o caracterizou”* (MPGRA, 2005:47).

*“Assiste-se a uma rápida destruição dos activos físicos, acompanhada pela baixa ou fraca manutenção dos serviços básicos comuns”* (PNUD, 2005:40). A aposta no ordenado desenvolvimento urbano, reabilitando serviços e infra-estruturas básicas destruídas, como é o caso de pontes, estradas e caminhos-de-ferro, fornecendo água potável e saneamento, vai favorecer tanto o desenvolvimento económico angolano como o desenvolvimento humano e social, proporcionando mais estabilidade na sociedade (MPGRA, 2005). Uma outra forma de incentivar o crescimento económico, e retirar algum fluxo populacional das grandes cidades, seria através do desenvolvimento rural. Através de incentivos à actividade agrícola, Angola poderia beneficiar dos recursos retirados da terra, diminuindo a sua necessidade de importação de bens alimentares e aumentando a sua auto-suficiência.

Uma outra forma de garantir a diminuição da vulnerabilidade das pessoas passa pela facilidade de acesso a infra-estruturas e ao aumento de oportunidades de emprego. Dar prioridade a grupos de maior risco (jovens, deslocados internos, mulheres) também deverá ser uma das directrizes a ter em conta pelo Governo.

Apesar destas medidas necessárias, tal não será possível sem a cooperação entre as mais diversas entidades, como é o caso de ONG's, Universidades, Sector Privado e entre o Governo de Angola e as forças vivas da sociedade civil. Relativamente ao investimento por parte do sector privado, estas ajudas deverão ser feitas de forma consciente já que, como refere Cristina Rodrigues (2004), *“o aumento de investimentos económicos acaba por desviar parte dos fundos essenciais para o desenvolvimento social e humano”*.

Desta forma, a dependência face às ajudas internacionais é reduzida, contribuindo para o aumento da autonomia do país aumentando também a sustentabilidade de gerações futuras. *“Valorizamos a sustentabilidade porque as gerações futuras devem ter, pelo menos, as mesmas possibilidades que as pessoas da época actual”* (PNUD, 2011).

O Relatório de Desenvolvimento Humano de 2005, referente a Angola aponta outros indicadores que caracterizam a pobreza humana. A segurança faz parte de um dos muitos direitos a que as pessoas deveriam ter acesso. Esta segurança não se refere apenas ao controlo dos conflitos existentes, pelo contrário, engloba também factores como o acesso a saúde, educação, habitação, igualdade na oportunidade de escolhas, entre outros.

O tipo de posse de propriedades e terrenos é outro dos indicadores considerados pelo mesmo Relatório. Como referido, calcula-se que a maioria da população não detenha qualquer título de propriedade e os que têm, trata-se apenas de um documento sem qualquer valor vinculativo, impedindo qualquer tentativa de crédito bancário para adquirir alguma propriedade. Com isto, centenas de pessoas vivem em aglomerados habitacionais, pagando valores equivalentes a uma renda mensal sem qualquer documento que o comprove, podendo ser desalojados a qualquer momento. São ainda notificadas situações em que duas ou mais pessoas possuem a mesma propriedade originando conflitos aos quais os próprios tribunais têm dificuldade em dar resposta. *“Partindo do conceito de que a propriedade é um complexo problema estrutural da sociedade e, condição ‘sine qua non’ para o desenvolvimento humano, é preciso que o Estado garanta direito à propriedade sem os atropelos actuais, que geram o descrédito dos cidadãos”* (PNUD, 2005:84).

De acordo com o Relatório do Desenvolvimento Humano de 2003 que retrata os “Objectivos do Desenvolvimento do Milénio: um pacto entre as nações para por termo à pobreza humana”, *“nenhum indivíduo ou Nação deve ser privado da possibilidade de beneficiar do desenvolvimento. A igualdade de direitos e de oportunidades entre homens e mulheres deve ser garantida”* (PNUD, 2003:1).

Propicia-se fundamentalmente *“um processo de desenvolvimento orientado”* (PNUD, 2003:27) a fim de atingir os Objectivos do Desenvolvimento do Milénio (ODM). Apesar de na sua totalidade, todos fazerem diferença, o Objectivo mais evidente para esta dissertação corresponde ao Objectivo 7, que retrata o seguinte:

*“Objectivo 7: Garantir a sustentabilidade ambiental*

*Meta 9: Integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas nacionais; inverter a actual tendência para a perda de recursos ambientais;*

*Meta 10: Reduzir para metade a percentagem de população sem acesso permanente a água potável, até ao ano 2015;*

*Meta 11: Melhorar consideravelmente a vida de pelo menos 100 000 habitantes de bairros degradados, até ao ano 2020” (PNUD, 2003:2-3).*

Para atingir um crescimento sustentável, os países têm que atingir limiares básicos em diversos sectores importantes, como a governação, saúde, educação, infra-estruturas e acesso aos mercados. *“Se um país ficar abaixo do limiar em qualquer dessas áreas, pode cair na «armadilha da pobreza» ” (PNUD, 2003:4).*

Assim, estes objectivos são, na sua maioria, destinados aos países que apresentam maior necessidade de apoio. Como tal, é fundamental estabelecer redes de ajuda que coadjuvem os países que apresentam níveis de pobreza mais elevados e maiores dificuldades em atingir níveis de progresso mais altos. O continente africano é o que apresenta maior quantidade de países de máxima e alta prioridade nas ajudas necessárias relativas ao cumprimento de cada ODM, carecendo de maior atenção. *“Cada país tem de prosseguir uma estratégia de desenvolvimento que satisfaça as suas necessidades específicas” (PNUD, 2003:17).*

*“O crescimento não virá por si e os investimentos em desenvolvimento humano serão inadequados... os países exigem um financiamento muito maior dos doadores para investir fortemente na saúde, educação, agricultura, água e saneamento e em infra-estruturas chave” (PNUD, 2003:20).* Estes países deverão ainda dar ênfase às ajudas que lhes são atribuídas e fazer valer cada investimento, tendo responsabilidades e obrigações perante os seus financiadores. O crescimento económico torna-se crucial para que, a par dos incentivos e investimentos auferidos, e do aumento da produtividade dos trabalhadores, os níveis de pobreza sejam diminuídos. Através destes investimentos, as condições de vida apresentarão melhorias. *“Tais investimentos são vitais para criar as condições para o crescimento económico sustentado” (PNUD, 2003:20).*

De acordo com os Direitos Humanos e como forma de acelerar a erradicação da pobreza, através da análise de Relatórios de Desenvolvimento Humano anteriores a 2000, encontraram-se seis elementos fundamentais. O primeiro ponto faz referência à necessidade de beneficiar aqueles que possuem menores rendimentos; o segundo diz respeito ao fornecimento de ‘um pacote de despesas adequadas’, ou seja, garantir que os mais necessitados têm acesso a bens e serviços de primeira necessidade e que não têm de dispendir quantias exorbitantes para os obter; o terceiro ponto confere o direito à participação, onde a sua opinião, sobre decisões que afectem a sua vida, deverá ser tão valorizada como a de qualquer pessoa; a protecção dos recursos ambientais e do capital social (redes sociais e culturais) corresponde ao quarto ponto; o quinto refere-se à eliminação da discriminação contra as mulheres, minorias étnicas, grupos raciais, entre outros; e, por fim o sexto corresponde à garantia dos Direitos Humanos previstos pela lei. Como este conjunto de seis elementos pretende-se que diminua os níveis de pobreza encontrados em muitas sociedades (UNDP, 2000:78).

*“O progresso conduz a uma sociedade democrática que respeita os direitos humanos e esta pode ser consolidada se as leis e instituições protegerem os direitos civis e políticos que, acompanhados por investimentos, aceleram o desenvolvimento humano e a erradicação da pobreza”* (UNDP, 2000:86).

#### **IV. 2.3. Angola e o Direito à Habitação**

Como a pobreza humana, a falta de habitação é um dos principais entraves para a construção de um padrão de vida adequado. As balas e minas armadilhadas estão a ser substituídas por escavadoras, destruindo centenas de habitações.

*“O Estado não é obrigado a construir habitações para toda a população, contudo, deve oferecer a garantia de posse, prevenir a discriminação no acesso à habitação, proibir expulsões em massa e garantir que as famílias que mais necessitam obtêm uma casa para viver”* (UNDP, 2000:77).

Como já mencionado anteriormente, os desalojamentos forçados correspondem à violação mais evidente do direito à habitação. *“O termo ‘desalojamento forçado’ refere-se à remoção de pessoas de suas casas ou terras contra sua vontade, directa ou indirectamente imputável ao Estado”* (UN-Habitat, 2007:1).

Os desalojamentos forçados são uma realidade constante em todo o mundo. Na sua grande maioria ocorrem em grande escala, desalojando centenas de pessoas. Por norma, os mais afectados são aqueles que vivem em condições mais precárias e em grandes aglomerados habitacionais. Estas situações levam ao aumento da pobreza e exclusão social pois, raramente os desalojados são recompensados pela sua perda, perdendo a sua casa e não tendo qualquer alternativa habitacional.

De acordo com o Centro de Direito à Habitação contra Desalojamentos (COHRE) os desalojamentos forçados já afectaram cerca de 18.59 milhões de pessoas, relatados entre 1998 e 2008 (COHRE Global Surveys, 8-11; *in* UN-Habitat, 2011:1). Em vários relatórios produzidos pelo COHRE relativos ao direito à habitação, resultantes de visitas de pequenas equipas feitas a uma série de países, entre 1993 e 2008, foram identificados vários casos de violação deste direito (UN-Habitat, 2011:10). Estes relatórios incluem dados importantes para a contabilização das vítimas destas violações. Além dos Direitos Humanos violados, inclui estimativas do número de pessoas afectadas, do impacto nas suas vidas e dos próprios processos de desalojamento (*idem*).

É crucial ter em mente o número exacto das vítimas de desocupações forçadas. Estes dados são ferramenta importante para os grupos e organizações internacionais de defesa dos DH que pretendem combater este desrespeito pela vida humana. Por norma as estimativas que são apresentadas resultam de referências a violações de direitos. Descrições realizadas, notícias de jornais e queixas apresentadas são algumas formas de poder contabilizar valores. Estas informações vão ser a base de iniciativas legais, como cartas de protesto, comunicados de imprensa, petições na internet, que acabam por evidenciar um processo de desalojamento que esteja a ser planeado (UN-Habitat, 2011:8). Com estes actos espera-se que esta prática não seja concretizada, procurando alternativas viáveis que não impliquem o desrespeito pelo direito à habitação. Caso não seja possível evitar esta situação, deverão ser tomadas medidas compensatórias a fim de reparar alguns dos danos causados a estas vítimas.

*“Antes de realizar qualquer projecto que possa levar à prática de desalojamos, é fundamental assegurar a plena execução dos direitos humanos a todos os potenciais afectados”* (Relator Especial da ONU sobre moradia adequada, de 2007: parágrafos 32-33; *in* UN-Habitat, 2011:56).

A união entre as comunidades afectadas em cooperação com organizações de defesa dos direitos humanos resulta numa crescente resistência aos desalojamentos forçados, chegando mesmo a prevenir alguns destes e, ao proporcionar-se maior comunicação entre estes actores e os próprios governos, descobrem-se alternativas viáveis a estas práticas. Contudo, por vezes este envolvimento das comunidades, em vez de benefícios pode causar graves danos. *“Em sociedades altamente repressivas, tal como a China e em outros lugares, o acto de resistir, muitas vezes toma a forma totalmente desesperada de suicídio público”* (UN-Habitat, 2007:16). *“A tentativa de resistência da comunidade, pode ser mais eficaz se for apoiada por instituições de apoio”* (UN-Habitat, 2007:17).

#### **IV. 2.3.1. Identificação de danos causados**

Antes de existir uma delineação de programas de assistência para fazer face às necessidades das vítimas de desalojamentos, é pertinente identificar primeiramente essas necessidades e avaliá-las, ter em conta o que já está a ser feito, que soluções podem surgir para evitar as violações e sobretudo como estão a ser controladas as coisas e se estas estão de acordo com os Pactos. Só depois delinear programas de assistência e proporcionar ajudas ao financiamento.

Todas as perdas resultantes da prática de desalojamentos forçados implicam elevados custos, não só materiais como humanos. As condições de vida ficam degradadas, ocorre um aumento do número de bairros ou favelas propiciados pela falta de habitação; a pobreza aumenta; as oportunidades de emprego e o acesso a serviços essenciais ficam reduzidos; existe um aumento de traumas humanos e deterioração da saúde, educação e, por norma, ocorrem mais crimes. Dá-se uma perda dos símbolos culturais e tradições, sociedades ficam desmanteladas, e a marginalização dos indivíduos aumenta.

Em consequência, as propriedades privadas acabam muitas vezes destruídas ou danificadas. As terras de cultivo ficam destruídas, comprometendo o sustento muitas vezes derivado do cultivo da terra. Redes sociais e elos culturais são quebrados e o acesso a serviços e oportunidades de emprego é colocado em causa.

Através de uma equipa de averiguação do COHRE em 2004, pôde verificar-se o impacto que a violação do direito à habitação teve em Nairobi, no Quénia, numa manhã de domingo.

- *“Não foi fornecida nenhuma habitação alternativa para as pessoas afectadas;*
- *Após a realização dos desalojamentos não foi fornecida nenhuma garantia jurídica de protecção contra as vítimas, não havendo qual quer tipo de compensação;*
- *Não houve apoio pós-desalojamento;*
- *Os desalojamentos afectaram também as comunidades vizinhas pois as instalações de uma clínica, que servia as comunidades, foram destruídas;*
- *Ocorreu um agravamento da situação das pessoas com fracos recursos, passando estes a viver de forma ainda mais precária;*
- *As famílias foram separadas e foram criadas relações sociais tensas;*
- *Rendas na área circundante ao local de demolição têm aumentado, criando ainda mais dificuldades económicas para outros moradores pobres”* (UN-Habitat, 2011:11).

A par desta apresentação, também o Grupo Consultivo de Desalojamentos Forçados observa esta questão das perdas humanas, económicas e sociais resultantes da violação do direito à habitação. Assumindo que após serem desalojadas centenas de pessoas, estas irão ser realojadas em outros locais, os custos económicos associados a esta actividade são elevados. A construção de infra-estruturas, redes de transporte, melhoria dos serviços sociais, como a oferta de escolas e postos de saúde, são reformas urbanas que implicam custos elevados. A par disto, a construção de habitações sociais torna-se fundamental, bem como a necessidade de recompensar as vítimas atingidas. Caso tal não seja possível é necessário compensar de forma monetária estas vítimas (Grupo Consultivo para Forçado Despejos 2005: 150; *in* UN-Habitat, 2011:14). Quando são tomadas as medidas necessárias, através de realojamentos ou de medidas compensatórias para as vítimas de desalojamentos, forçados ou não, pode dizer-se que estas deslocações são bem sucedidas.

As perdas materiais podem incluir: a infra-estrutura habitacional; equipamentos; terrenos agrícolas (culturas e animais); perda de rendimentos futuros; custos relacionados com cuidados de saúde; custos de transporte; entre outros. Relativamente a perdas sociais ou pessoais, podem aqui estar incluídas situações como: danos psicológicos; fracas condições de saúde; de saneamento; de educação; de segurança; património destruído; acesso a água potável escasso; marginalização política e social; custos ambientais; entre outros. Além destes, os custos de levar estas acções avante são elevados. Escavadoras; segurança policial; custos burocráticos e exércitos são alguns exemplos. (UN-Habitat, 2011:26).

## **V. Capítulo III**

### **V. 3. Estudo de Caso: Angola**

Após apresentadas as principais causas da violação do direito à habitação e de serem indicadas algumas medidas de prevenção e/ou compensação, apresenta-se de seguida o estudo de caso proposto no início desta dissertação: o direito à habitação em Angola, de maneira a consolidar a informação já passada.

Toda a informação contida nesta análise resulta, maioritariamente, de dados retirados de extractos de imprensa e de alguns relatórios apresentados. Através da criação de um dossier, em 2009, que relata “Extractos da imprensa Angolana sobre questões sociais e de desenvolvimento” relativos à habitação e urbanismo, elaborado pelo Centro de Documentação e Informação DW (Development Workshop), criado em 2003 em Luanda, é possível expor com mais precisão o caso que aqui se pretende estudar. Este dossier traduz-se numa recolha de notícias de vários jornais que retrata a situação vivida em Angola relativamente às questões habitacionais. A par desta informação, e em parte pela impossibilidade de constatar a realidade de perto através de uma pesquisa no terreno, referente a uma das fraquezas da dissertação, foram retiradas algumas outras notícias de jornais locais que de igual modo, retratam a realidade angolana. Faz-se sobretudo referência ao período entre 2007 e 2009, de acordo com os dados disponíveis.

Desde 2007 que são narradas, com maior frequência, notícias relativas aos problemas habitacionais pelos quais Angola atravessa. De forma a clarificar esta situação,



de seguida, são expostas as principais preocupações existentes para a população e para o Governo.

### **V. 3.1. Desalojamentos e Expulsões Forçadas**

Após ser evidente algum progresso, reconhecido pela Amnistia Internacional, Angola ainda não legisla expressamente a proibição das expulsões forçadas. Como referido no jornal “Terra Angolana” publicado a 20-01-2007, é fundamental *“assegurar o acesso à habitação condigna e a recursos legais e outras compensações pelas expulsões forçadas”*. Associado a este factor está o facto de se verificar grande falta de investigação e documentação dos incidentes ocorridos. Esta situação conduz à violação de uma série de direitos já vigentes relativos, não só à titularidade da terra e ao direito que os próprios cidadãos têm de ocupar terrenos e aglomerados habitacionais, como também viola o direito à própria vida. Seria recomendável que as autoridades angolanas tomassem medidas imediatas para cumprir as recomendações tidas pela Amnistia Internacional e pelas normas de Direito Internacional, relativas às políticas habitacionais com base na prossecução dos Direitos Humanos.

Os diferentes Governos provinciais de Angola insistem em demolir milhares de habitações e desalojar outros tantos milhares de pessoas em benefício de programas Governamentais. Estas ‘iniciativas’ vão contra o estipulado nos Pactos Internacionais cujas normas apresentam carácter vinculativo.

*“Os assentamentos humanos em Angola desenvolveram-se, na sua maioria, de forma espontânea, ou seja, sem projectos ou planos de desenvolvimento previamente elaborados”* (jornal “A Capital” 21-04-07). Posto isto, e na qualidade de membro da UN-Habitat, Angola deverá desenvolver planos estratégicos que garantam uma urbanização sustentável, como refere o jornal “A Capital” a 21-04-07. Ao percorrer as cidades de Angola é possível ver a degradação em que os bairros, edifícios e serviços se encontram. Antes de mais é fundamental estruturar um projecto habitacional para Angola, averiguar os espaços existentes, infra-estruturas já implementadas e serviços, e só depois proceder à construção ordenada de habitações e infra-estruturas como estradas e pontes e serviços que cheguem a toda a população. Em Angola as pessoas vêem-se frequentemente em situações

em que são, praticamente *“atirados para o lamaçal da quase mendicidade”* (jornal “A Capital” 23-06-07).

Por vezes terrenos desocupados, propriedades do Estado, servem de local para a construção ilegal de casas, que se multiplicam e se tornam em bairros ilegais, cujos moradores não têm qualquer direito de propriedade ou titularidade das terras. Os moradores no Bairro do Controlo no Sumbe, como relatado pelo jornal “A Capital” a 10-02-07, queixam-se da falta de aviso das demolições ordenadas pelo Governo Local, apesar de saberem que construíram um bairro de forma ilegal, aquelas habitações *“custaram dinheiro e esforço às pessoas”* que tiveram de abdicar dos seus pertences sem aviso prévio. Relativamente a esta situação específica, Fernanda Cabral, administradora e responsável máxima do município do Sumbe, afirma que *“as pessoas, teimosamente, fazem e desfazem à sua maneira, não restando outra medida à Administração senão destruir as casas”*. Posto isto, em conjunto, *“os moradores pediram às autoridades locais que lhes apresentassem um plano ou as áreas onde a população pode ou não construir”* (jornal “Terra Angolana” 10-02-07). Contudo, enquanto pequenas questões como estas não são refreadas *“as pessoas morrem dentro das casas porque o tractor começou logo a destruir”* (idem).

A forte especulação imobiliária leva a que, como ressalva o jornal “Angolense” em 16-02-08, *“qualquer empresário a operar em Angola queira manter fortes laços com o Governador da cidade capital, a pessoa que tem a última palavra a dizer quanto à autorização de obras e na atribuição de terras”*. Estão aqui patentes os elevados níveis de corrupção. É ainda importante salientar a interferência que o Governador Job Capapinha tem. Além de sempre mostrar grande insatisfação pelo rumo que a cidade estaria a levar, relativamente ao crescimento desmesurado de bairros de lata e consequente criminalidade, fez de tudo para que este processo fosse invertido, nem que para isso a destruição de bairros inteiros fosse necessária. O mesmo jornal relata que *“em todos os municípios da capital foi sentida a força do camartelo, uma postura que tornou o Governador impopular”*.

O semanário “A Capital” (22-09-07) relata uma situação algo controversa. Vários moradores viram as suas casas ou as obras de construção que já estavam em andamento, serem reduzidas a pedra na zona de Luanda. Estes moradores, possuíam o título de

propriedade das terras onde viviam ou onde estavam a construir as suas casas e, mesmo assim, sem qualquer aviso prévio, a demolição teve lugar. Outra situação algo insólita refere-se aos factos relatados pelo jornal “Terra Angolana” (20-01-07), *“O Delegado do Ministério das Finanças no Huambo, foi acusado de ter ordenado agentes da Polícia Nacional ocuparem à força e saquearem todos os haveres de uma habitação”*. É relatado frequentemente a ocorrência de ocupações forçadas e saqueamentos dos bens existentes nessas habitações.

*“As autoridades governamentais desta província (Luanda) sempre foram incapazes de conter a ocupação anárquica dos espaços que milhares de pessoas conseguiram na capital devido ao conflito armado vivido no país durante muitos anos”* (jornal “Folha8” 23-02-08). Neste caso em concreto, o surgimento de aglomerados habitacionais de forma desordeira teve lugar com o conhecimento de fiscais autorizados a legislar sobre situações destas, através do aval conseguido pelas autorizações de construção que foram facultadas aos cidadãos. Depois destas autorizações concedidas, o Governo de Luanda acaba por deliberar que os ali moradores até então deverão sair pois aquelas terras não lhes pertencem.

O aumento das rendas que *“triplicaram nos últimos dois anos”* (jornal “S. Angolense” 23-02-08) levou a que centenas de pessoas se desloquem para a periferia das cidades. Nos grandes centros, condomínios de luxo são a prioridade que, aliciado à especulação imobiliária fazem subir os preços dos imóveis. Os baixos ordenados da população impedem que esta viva em melhores condições na medida em que, quando aparecem melhores oportunidades de negócio, são convidados a sair se não quiserem pagar os elevados preços das rendas. Toda esta situação conduz ao aumento da segregação social, condicionando o acesso equitativo a bens e serviços destinados a toda a população.

Com a desculpa de que não foram atribuídos quaisquer terrenos aos populares, a Administração de Kilamba Kiaxi desmarca-se da sua responsabilidade quando duas centenas de pessoas ficaram sem as suas casas passando a viver em condições extremamente difíceis pela demolição levada a cabo pela empresa estatal EMPROE-UEE (jornal “Semanário Angolense” 17 a 24 de Janeiro de 2009). Estes habitantes, que mostraram vontade de adquirir legalmente estas terras e habitações, mostram-se indignados com a situação. Sempre tentaram resolver esta situação sem, contudo, a Administração lhes

fornecer qualquer documento que legalizasse o terreno que se pretendia, verificando-se grande morosidade no processo de legalização.

*“O cenário mostra cubatas em papelão, madeira e chapa erguidas por cima de montanhas de lixo”* (jornal “Novo Jornal” 22-02-08). A falta de controlo policial, escolas, água potável, saneamento e rede eléctrica são alguns dos problemas que também se podem verificar. Apesar disto, existem escolas particulares, porém não são acessíveis a todos devido às elevadas propinas a serem pagas.

Várias habitações foram destruídas nas imediações de Kapolo II porque o terreno onde estas estavam construídas era destinado à instalação de antenas de controlo de aeronaves. Segundo o jornal “Agora” (01-11-08) *“os fiscais que estiveram à frente das demolições explicaram aos moradores que as mesmas ocorreram devido às construções anárquicas que estavam a ser feitas no interior do perímetro do centro emissor da empresa de exploração de tráfego aéreo, contudo apenas duas casas se encontravam em situação irregular”*. Apesar de estas construções respeitarem as normas de urbanização e de os cidadãos deterem licenças provisórias, que lhes permitiu a construção das casas, estas foram, na mesma, destruídas.

Verifica-se também que, com a falta de clareza da letra da lei, centenas de angolanos vêm-se em situações de despejo pelos antigos proprietários, mesmo detendo contratos de arrendamento.

Resultante da particularidade do clima em Angola, ocorrem frequentemente chuvas intensas que devastam áreas habitacionais inteiras, desalojando centenas de pessoas. Várias províncias são destruídas. Luanda, Huambo, Benguela e Zaire são algumas delas. Uma situação idêntica ocorreu em Zambo. Após os moradores da zona residencial da Boavista serem desalojados e posteriormente transferidos para o Zambo, o cenário com que se depararam era devastador. Casas já desabitadas pelos seus antigos residentes, devido às inundações ocorridas, estavam à sua espera.

De acordo com o jornal “Angola Resistente” publicado a 25-08-11, *“o governo de Angola deve adoptar imediatamente medidas para proteger os direitos humanos fundamentais das vítimas de despejo forçado justificado pela implementação de projectos de infra-estruturas públicas”*. O facto de ser necessária a construção de infra-estruturas

sociais, tal não significa que os direitos de centenas de pessoas sejam violados. Milhares vêm parar às ruas, sem nada, vivendo em pequenos albergues improvisados. *“Na cidade de Lubango, na província de Huila, no sul de Angola, 750 famílias – cerca de 3500 pessoas – estão sob a ameaça de demolição iminente das suas casas e despejo forçado para áreas rurais. A 29 de Junho de 2011, a administração local ordenou que os habitantes do bairro Arco Íris, de Lubango, abandonassem as suas casas até dia 1 de Agosto, para libertar a área para um novo projecto rodoviário”.*

A cidade de Luanda, bem como os seus arredores, parecem deter maior atenção por parte do Governo que as outras localidades do país, quase ao abandono. As grandes reestruturações dão-se em torno da capital, ficando esquecido grande parte do país. Apesar disto, é sentido por toda a parte o grande descontentamento que a população angolana apresenta. *“Os populares temendo perder as suas casas caso se distraiam”* (jornal “Angolense” 26-07-08), preferem arriscar a própria vida na tentativa de impedir a destruição as suas casas e até mesmo de terrenos de cultivo que possam possuir.

Em várias zonas de Angola está prevista a construção de novas cidades que irão fomentar o desenvolvimento sustentável do país. Benfica é um desses locais. O desejo de vários cidadãos de conseguirem uma pequena parcela de terra nesses locais tem aumentado consecutivamente. Relatado pelo jornal “Agora” a 03-11-07, *“este desejo está a levar os cidadãos mais afortunados e com influência no Governo a fazerem de tudo para conseguirem uma parcela naquela região de Luanda”.* A par deste desejo está a outra face da moeda. Os já habitantes daquelas zonas estão a ser desalojados, recebendo apenas pequenas parcelas de terra após serem feitos os novos loteamentos. Mais uma vez está aqui patente a grande falta de comunicação existente entre os cidadãos e o Governo. Agravando ainda mais esta situação encontra-se a dificuldade que estes moradores têm em legalizar a propriedade que lhes foi atribuída após esses loteamentos, ainda que injustos para quem lá morava.

Em meados de 2010, e em protesto contra as demolições forçadas em Benguela, centenas de pessoas saíram às ruas em marcha pela causa. Esta marcha, apelidada de “não partam a minha casa” tem o principal intuito travar as demolições e desalojamentos forçados que estão a acontecer um pouco por todo o país. Uma mudança de política ou planeamento, de urbanismo e habitação, era fundamental para contrariar a tendência para

as desocupações forçadas. Mesmo já assegurado pelo Direito Internacional, nem sempre as normas são adequadas e cumpridas internamente, levando ao continuado desrespeito pelos Direitos Humanos.

### **V. 3.2. Qualidade Ambiental**

*“A falta de uma política de distribuição de riquezas de forma equitativa, de modo a incentivar a população a construir as suas residências em zonas seguras e devidamente urbanizadas, tem levado os angolanos a edificarem-nas em locais inadequados, pondo em risco as suas próprias vidas e as dos seus familiares”* (jornal “Agora” 09-02-08).  
Expressão

É evidente a necessidade de proporcionar condições ambientais agradáveis para se viver. Estas condições deverão incluir espaços verdes, amplos, favoráveis à criação de sistemas ambientais que promovam a biodiversidade. Toda esta envolvente vai proporcionar melhores condições de vida. Contrariamente a esta situação, várias famílias constroem as suas casas, ainda que precárias, em terrenos baldios, junto a fábricas, vivendo rodeados de poluição atmosférica e longe de cuidados médicos adequados.

A par do aumento desmesurado de aglomerados habitacionais e do crescimento de bairros de lata, é grande o aparecimento de relevantes problemas ambientais. De entre estes pode destacar-se *“a produção de resíduos domésticos e industriais, a poluição, ao aumento do consumo de energia e água e surgimento de águas residuais, sendo portanto fundamental educar e sensibilizar as pessoas sobre as consequências que os seus actos podem ter no ambiente”* (jornal “Angolense” 18-10-08).

### **V. 3.3. Legislação**

*“O ministro do Urbanismo e Ambiente, Dienkumpuna Sita José, assegurou que a Lei de Fomento Habitacional vem reforçar os princípios de observância das regras urbanísticas e determinar a importância da promoção da habitação social, dando maior prioridade às populações mais vulneráveis”* (jornal “Jornal de Angola” 29-06-07).

Verifica-se frequentemente que, e de modo a garantir a posse de um terreno ou de uma licença de construção, mesmo que ilegalmente, alguns funcionários municipais

intentam os munícipes a pagarem determinadas quantias para regularizar os seus documentos referentes à legalização da propriedade que ocupam (jornal “Folha8” 01.04-07).

Os desvios à letra da lei são grandes, como já se pôde constatar previamente. Contudo, Angola tem apresentado algumas melhorias relativas ao quadro jurídico no que concerne a questões de posse e gestão de terras, instando o desenvolvimento da sociedade e proliferação do bem-estar social.

### **V. 3.4. Créditos Habitação**

*“As políticas administrativas aplicadas pelos bancos comerciais para a obtenção de um crédito habitacional desencorajam clientes”* (jornal “Jornal de Angola” 23-11-07). Os imóveis existentes são de elevadíssimo custo e a dificuldade na concessão de crédito é igualmente complicada e demorada. Além disto, os serviços de um avalista fidedigno são de dificuldade elevada para a maioria da população.

Todos os bancos estão dispostos a conceder créditos à habitação, contudo, as cláusulas são muitas bem como as suas implicações. Além da necessidade do indivíduo ser cliente da instituição bancária durante pelos menos um período de seis meses, terá de ser credível e possuir garantias ou fiadores. *“Na prática, enquanto durar o empréstimo, a residência fica sobre tutela da instituição bancária até que o cliente liquide o valor total do imóvel”* (idem), sendo que não são concedidos empréstimos superiores a 500 mil dólares para o crédito habitação. As cláusulas implicam também a idade do cliente. Caso este tenha mais que 60 anos, o banco não assegura a concessão do crédito pela pouca garantia relativa à amortização do empréstimo.

*“No Kuando-Kubango, o crédito Jovem já beneficiou um total de duzentos e trinta jovens agrupados em vinte e cinco cooperativas, para as quais o Governo central, através do Banco de Poupança e Crédito (BPC), aplicou uma verba de aproximadamente 250 mil dólares americanos”* (jornal “Jornal de Angola” 25-08-08).

A par desta notícia existem outras de carácter semelhante, que acabam por demonstrar o incentivo à concessão de crédito a jovens. Desta forma, a mesma instituição

acima referida, acaba por disponibilizar novas verbas a fim de favorecer outros potenciais candidatos ao crédito jovem.

### V. 3.5. Ordenamento do Território

Antes de se proceder a construções anárquicas é fundamental ter em conta o ordenamento do território que, como descreve o jornal “Folha8” (16-02-08) se trata de *“um espaço natural, que consiste no planeamento das ocupações, no potenciar do aproveitamento das infra-estruturas existentes e no assegurar da preservação de recursos limitados”*. É preciso ter em mente os objectivos a atingir em Angola, o que se pretende fazer, construir, que rumo dar ao país. Depois disto, elaborar uma estratégia que promova a obtenção destes objectivos, sem desfavorecer nenhuma rede ou grupo social. O todo deve ser contemplado. É fundamental otimizar as redes sociais sem comprometer os níveis culturais. Proporcionar o acesso a bens e serviços, atribuindo maior conforto. A proliferação da economia, a própria exploração de recursos deve ser considerada, as localizações de fábricas devem ser estudadas bem como os locais habitacionais o devem ser. Deve garantir-se o aproveitamento sustentável de todos os recursos naturais que possam existir na área aquando da construção de aglomerados habitacionais. Estas construções devem ser feitas de modo a que seja possível, caso necessário, proceder a alterações referente à infra-estrutura inicial.

Quem caminha pelas ruas de Luanda verifica um aparecimento continuado e desorganizado de novos bairros. Surgem uns atrás dos outros, *“como cogumelos”* como evidencia o “Jornal de Angola” (05-02-08). De modo a inverter esta situação, um sociólogo e um arquitecto contactados pelo mesmo jornal concordam que *“basta que se comece a desencorajar o surgimento de novos bairros sem planos urbanísticos e requalificar musseques, que, em muitos casos, são erguidos com materiais de construção nobre (ferro e cimento)”*.

*“O crescimento ordenado do território e a promoção da habitação, sobretudo, social, são as principais prioridades do Ministério do Urbanismo e Habitação para os próximos quatro anos, anunciou Sita José”* titular da paste do ministério do urbanismo e habitação na data (jornal “Jornal de Angola” 05-10-08).



### **V. 3.6. Condições de habitabilidade degradadas**

*“Pedras sobrepostas com menos de um metro de altura e cerca de dois de comprimento, cobertos de plásticos ou chapas caracterizam cerca de quinze casas”* (jornal “Folha8” 09-02-08). Estas são as moradias de cerca de trinta pessoas que, não tendo outro local para habitar, fizeram dos escombros das suas antigas casas, o seu novo teto de abrigo, onde apenas se protegem da chuva e dormem. Esta situação mantém-se devido à impossibilidade que estas pessoas têm em construir outro tipo de infra-estruturas mais seguras, não só pela falta de materiais de construção mas também *“porque os fiscais estão sempre a destruí-las”* (idem). São estes factos e tantos outros similares que colocam Angola entre os países com os índices de pobreza mais elevados, estando *“entre os menos cotados no que tange ao respeito pelos direitos humanos”* (idem).

### **V. 3.7. Realojamentos**

Angola tem sido já palco de vários fóruns que abordam temas relacionados com a habitação e questões relacionadas com a propriedade de terras. Este facto é sintomático do que vimos demonstrado: a existência de uma crise habitacional já há várias décadas. Actualmente encontra-se mais visível grande parte pelo papel que jornais e a própria comunidade internacional tiveram ao denunciar casos de violação do direito à habitação.

Uma grave lacuna a evidenciar diz respeito à falta de dados concretos acerca da população angolana. Como já referido no capítulo anterior, o número de habitantes de Angola é incerto, dificultando a obtenção de outros dados daí naturais. Assim sendo, como é que sem dados reais e fundamentais se consegue construir um plano estratégico que abranja toda a população? Sendo que não se sabe ao certo qual é o número de pessoas que vivem na rua ou quantos desempregados existem. Existindo centenas de pessoas sem-abrigo, o Governo pretende incentivar a promoção de projectos que apoiem a construção de habitações sociais e infra-estruturas.

Apesar disto, projectos habitacionais de elevado investimento são mais ambicionados, sendo logo vendidos ou comprados a elevados valores. Relatado pelo “Semanário Angolense”, a 14 de Junho de 2008, esta questão torna-se mais clara: *“os promotores imobiliários ou seja, as empresas ou entidades que financiam a construção*

*dos complexos habitacionais posicionam-se maioritariamente em projectos direccionados para o nicho de mercado de renda média-alta e alta, deixando a procura de habitação social por conta de ninguém*”. O mesmo jornal conta ainda que, segundo os dados que vão sendo divulgados, estes empreendimentos são vendidos muito rapidamente. *“Uma especulação que beneficia os mais favorecidos, resultado num fenómeno de exclusão social”* (idem), sendo que a oferta de imóveis mais baratos é praticamente nula.

O distanciamento entre ricos e pobres é cada vez mais acentuado em Angola. Semelhante à situação em que se encontram pessoas a viver e dormir em condições miseráveis encontram-se outras que gastam fortunas em vivendas. Em Luanda, *“o preço de uma casa pode chegar aos três milhões de dólares”* (jornal “Jornal de Angola” 18-07-07). A construção de grandes empreendimentos e condomínios fechados com todos os confortos tem aumentado, com a justificação de aumentar o incentivo ao empreendedorismo e comércio. A sul de Luanda, *“uma empresa investe quatro milhões de dólares num novo condomínio destinado a arrendar às companhias petrolíferas que operam no país”* como descreve o “Jornal de Angola” (20-07-07). O mesmo jornal, a 04 de Agosto de 2007, relata que *“quem anda por Luanda logo dará conta do recrudescer de obras um pouco por todos os cantos da cidade. Obras que por um lado reflectem a prosperidade mas que também apresentam alguns riscos”*. Obras estas de grande envergadura que acabam por danificar edifícios mais pequenos que se encontram próximos, provocando desabamentos e fissuras nas paredes.

Os elevados níveis de pobreza conduziram ao afastamento dos mais desfavorecidos dos centros das cidades. Quanto menores recursos as pessoas tiverem mais difícil será arrendar uma habitação no centro, então, a solução encontrada passa por se afastarem, construindo bairros de lata nos arredores das grandes cidades. Esta prática incentiva, ainda mais, o aumento da pobreza, na medida em que os serviços, outrora acessíveis a todos os indivíduos por estes se encontrarem nos centros das cidades, ficam agora distantes, levando à segregação mais acentuada da população com maiores dificuldades. Em consequência, a marginalização social aumenta, por incentivo de ambos os lados. Por um lado, a população mais pobre porque se afasta para a periferia e, por outro, as camadas mais altas da sociedade que não desejam manter contacto com os mais pobres.

Desta forma, a degradação das condições de habitabilidade acaba por ser visível em todo o país. As más condições de saneamento, deficiente recolha e tratamento de lixo, escasso acesso a água potável e fracos acessos e vias de circulação são algumas das situações mais perceptíveis.

Pode encontrar-se explícito em inúmeras notícias, ou até mesmo em várias intenções de organizações públicas ou privadas, ou ainda por parte do Governo, a pretensão de construir milhares de habitações que se destinam a realojar as vítimas de desalojamentos forçados, de forma a melhorar as suas condições de habitabilidade e bem-estar social.

Apesar de serem referidos casos onde a construção de habitações sociais ocorre anteriormente, é desde 2008 que o Governo angolano atribui maior importância às questões habitacionais. Sendo de evidenciar a ocorrência frequente de pessoas que, com mais rendimentos, acabam por comprar terrenos onde supostamente se iriam construir habitações sociais. Esta situação denota a má fé dos administradores e agentes imobiliários que pretendem ficar com o máximo de benefício possível. *“Os anteriores administradores estavam de conluio com as ‘aves de rapina’ que pretendem ficar com tudo o que estiver ao seu alcance, não implicando os meios para atingir essa ambição desmedida”* (jornal “Semanário Factual” 11-07-08).

De forma a fazer face à falta de habitações sociais capazes de abranger a grande maioria da população, o Governo angolano lança vários projectos habitacionais que pretendem combater os níveis de pobreza existentes, de forma a garantir maior estabilidade e equidade social, melhorando a qualidade de vida. A par desta iniciativa do Governo, é fundamental o apoio do sector bancário relativamente à concessão de crédito habitação, incentivando desta forma a criação de habitações sociais.

Segundo a edição do “Jornal de Angola”, publicada a 10 de Julho de 2008, *“o Governo disponibilizou mais de duzentos mil milhões de Kwanzas para o sector da habitação e serviços comunitários”*. Existindo a necessidade de construir habitações que permitam um nível de vida digno, arquitectando ainda as infra-estruturas necessárias que este conceito exige, incluindo o acesso a água potável, electricidade e saneamento básico, este valor reverte a favor do sector habitacional. O mesmo jornal afirma ainda que *“os*

*financiamentos habitacionais para as populações com rendimentos mais baixos terão de ser concedidos a fundo perdido ou com prazos longos e juros muito baixos”.*

No âmbito do Programa Nacional de Habitação, Sita José, Ministro do Urbanismo e Habitação, tem demonstrado interesse em iniciar *“parcerias estratégicas entre os sectores público e privado”* a fim de conseguir efectuar os vários projectos habitacionais a que se propõe, para retirar das ruas centenas de pessoas sem onde morar (jornal “Jornal de Angola” 23-03-09).

Desde 2009 que o Governo de Angola pretende aumentar os apoios destinados à construção de novas de habitações e infra-estruturas básicas que sirvam toda a população. De acordo com o ministro Sita José, *“o programa enquadra-se no âmbito do projecto integrado do Governo, visando a urbanização e regularização fundiária de áreas carentes, nas zonas rurais e urbanas, com o objectivo de melhorar o nível habitacional dos angolanos”* (jornal “Jornal de Angola” 06-08-08). Com este projecto pretende-se que até 2012 se construam habitações de baixa renda destinadas às famílias mais carenciadas.

De maneira a garantir que todos os habitantes angolanos possam usufruir de melhores condições de vida, tendo acesso a habitações sociais que o permitam, Anna Kamujulo Tibaijuka, secretária-geral adjunta das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos, em conjunto com o Presidente da República de Angola, José Eduardo dos Santos, estudam a possibilidade de aumentar o grau de cooperação entre si. Este trabalho conjunto será possível pela preocupação que José Eduardo dos Santos tem demonstrado pelas condições habitacionais de Angola, pretendendo *“melhorar o desenvolvimento urbano”* (jornal “Jornal de Angola” 07-11-08).

Através da reabilitação de diversas estruturas básicas como postos de saúde, saneamento e fornecimento de água potável, o Governo pretende melhorar as condições da sociedade angolana. *“O desafio é hercúleo: nada menos do que melhorar a vida de 100 milhões de pessoas que vivem em musseques, até o ano 2020, conforme o compromisso assumido por todos os estados membros da ONU, no ano 2000, contido no documento Objectivos de Desenvolvimento do Milénio”* (jornal “Jornal de Economia e Finanças 26-09-08). Como refere Sita José em entrevista ao “Jornal de Angola” (09-12-08), se existe a necessidade de construir *“um milhão de casas, a sociedade angolana deve mobilizar-se*

*internamente e depois organizar espaços para que, as parcerias internas e externas, possam encontrar também o seu envolvimento para ajudar Angola a desenvolver habitações adequadas e a preços “acessíveis”.* Caso este objectivo pioneiro seja conseguido, o Governo angolano deverá demonstrar grande transparência aquando da atribuição destas habitações, *“que é o que desejará o povo que mais sofre pelos transtornos dos projectos de construção de novas infra-estruturas por parte do Governo”* (jornal “Folha 8” 01-12-08).

Mais uma vez se encontra patente a intenção do ministro do Urbanismo e Habitação Sita José, de levar esta iniciativa do Governo relativa à construção de habitações sociais avante. Este anuncia ao jornal “Agora” a 20-11-08, que já se encontram *“identificados mais de 100 mil hectares para a construção de habitações para as famílias de médio e baixo rendimento em todo o país...sendo esta área constituída como reservas fundiárias para o fomento habitacional do Governo”*.

Apesar destas intenções do Governo e da boa fé que o Ministro do Urbanismo e Habitação demonstra, Higino Carneiro, ministro das Obras Públicas, Confessa ao mesmo jornal, um ano depois que *“não há condições para o cumprimento do programa que prevê a construção de um milhão de casas e alguns projectos previstos no Plano Nacional para o presente ano, podendo estes projectos ser chumbados e transferidos para 2010”* (jornal “Agora” 28-04-09).

Contrariando esta informação passada por Higino Carneiro e, de acordo com as informações passadas pelo “Jornal de Angola” a 15-01-09, mais dezoito mil habitações sociais serão construídas na província de Kuando-Kubango no âmbito do programa de melhoramento habitacional que se pretende desenvolver por todo o país.

Outras notícias semelhantes a esta acabam por ser uma constante em vários jornais de Angola. Mais duzentas e cinquenta habitações sociais no município de Porto Amboim serão construídas no âmbito do programa do Governo para a construção de um milhão de habitações em quatro anos. Semelhante a esta conjuntura, no município de Kuito Kuanavale, duas mil habitações sociais vão ser construídas (jornal “Jornal de Angola” 2 e 3 de Junho 2009). De igual modo, na província de Bengo mais duas mil surgirão e outras tantas em Zango serão construídas de modo a contribuir para este programa.

Luanda, *“cidade pensada para 800 mil habitantes alberga hoje perto de 8 milhões de pessoas, 70% das quais vive nos musseques, ou no que oficialmente se convencionou chamar ‘zona informal’”* (jornal “Novo Jornal” 07-11-08). Foram aprovados vários projectos habitacionais, contudo ainda não são suficientes para fazer face às necessidades vigentes. Desde 2006 até finais de 2007 que Luanda proporcionou 800 novas habitações para 800 famílias. Apesar deste esforço, as necessidades habitacionais desta província, e de tantas outras são bem mais elevadas, levando a que centenas de famílias fiquem ainda sem casa para morar. Além disto, a falta de materiais de construção é outra agravante.

Teve lugar em Luanda mais um *“lançamento da primeira fase do projecto de Habitação Social do Kilamba Kiaxi, que prevê a construção de 710 edifícios para 160 mil pessoas, cerca de 20 mil apartamentos”* este projecto não passa apenas pela construção de habitações sociais, a construção de outro tipo de infra-estruturas e serviços é de igual modo importante. Como tal, serão providenciados *“centros comerciais, jardins-de-infância, escolas primárias e secundárias, uma área administrativa e outras para o lazer”*. Espera-se ainda a construção de outras infra-estruturas e outros serviços como postos de polícia. (jornal “Jornal de Angola” 01-09-08).

Prevê-se um novo projecto habitacional na província do Zaire. Destinado a *“atenuar a pobreza nas comunidades rurais”* (jornal “Jornal de Angola” 19-10-07). Este projecto além da construção de habitações *“privilegia igualmente a criação de gado bovino e a produção de frutas”* incentivando o comércio local.

Relatado pelo “Jornal de Angola” a 19-10-07, no Zango estão a ser construídas habitações sociais cujos beneficiários serão pessoas desalojadas provenientes de diferentes zonas do país. Os projectos contemplam, além das habitações, postos de saúde, igrejas, centros comerciais, postos de polícia e outras infra-estruturas e serviços necessários à vida em sociedade.

Benguela é palco de mais um programa que pretende *“transformar a terra em infra-estruturas e áreas urbanizadas”* de acordo com o jornal “Angolense” 14-04-07. O governo provincial de Benguela espera construir *“em dez anos 180 mil casas, entre as quais sócias económicas e de alta renda...contemplando ainda a instalação de redes técnicas eléctricas, sistemas de distribuição de água potável e outros bens não menos*

*importantes*” (jornal “Terra Angolana” 24-02-07). A população com menores rendimentos será a prioridade neste programa.

De acordo com as palavras do governador provincial do Uíje, João Baptista, aos projectos de construção de habitação sociais será dada prioridade a famílias de baixo rendimento e a grupos mais vulneráveis (jornal “Jornal de Angola” 11-06-09). A província de Uíje inaugurou novos empreendimentos sociais como salas de internamento, acreditando que nem só da atribuição de novas habitações sociais a sociedade se faz e se agrega.

Como forma de apoiar os jovens em início de vida, o Governo angolano disponibilizou cerca de três milhões de dólares, que é o que custará a construção de cerca de 92 habitações sociais e dois centros comunitários para os jovens da população do Kuando-Kubango. Na província do Zaire também estão previstas a construção de duzentas e cinquenta casas, desta vez destinadas aos camponeses da zona e a técnicos da Direcção da Agricultura (jornal “Jornal de Angola” 01-09-08). Equipamentos que sustentam as actividades agrícolas também serão fornecidos para promover o auto-sustento.

No âmbito do programa do Ministério da Juventude e Desportos, *“jovens recém-casados, residentes na cidade de Caxito, província do Bengo, vão beneficiar de residências sociais”*. Esta área irá também beneficiar de outros espaços e infra-estruturas, como *“campo de futebol, lojas, posto médico, restaurante, lavandaria pública, escola e creche”* (jornal “Jornal de Angola” 02-11-08). Jovens da província do Moxico recebem, por parte do mesmo Ministério, materiais de construção, como tijolos e chapas. Estas acções estão inseridas no programa “Angola Jovem”, visando o aumento da independência desta facha etária (jornal “Jornal de Angola” 24-09-08).

Muito recentemente, através do “Jornal de Angola” publicado a 4 de Novembro de 2011, pôde comprovar-se o esforço tido por parte do Governo Angolano em atribuir habitações à sociedade mais necessitada. Através do Ministério da Juventude e Desportos, o Executivo de Angola, *“entrega mais 115 casas a jovens que se habilitaram à aquisição de imóveis no âmbito do projecto “Angola Jovem” na zona de Camama, em Luanda”*. Até Junho de 2012 prevê-se ainda a construção e de mais 500 habitações para entregar a estas camadas mais jovens. Neste projecto estão incluídas estas áreas devidamente urbanizadas e

vias de acesso, bem como espaços verdes e de lazer, água potável e energia eléctrica, como salienta o mesmo jornal.

A par da necessidade da criação de habitações sociais pela prática de desalojamentos forçados, calamidades naturais também arrastam para as ruas centenas de pessoas. Foram disponibilizados cerca de 10 milhões de dólares pelo Governo de Luanda para que as vítimas de calamidades naturais fossem socorridas. Duas mil habitações residências foram construídas, sendo também disponibilizados outros serviços dos quais necessitassem. Apesar da verba disponibilizada, esta não é suficiente. Existem outras situações, além das calamidades naturais que merecem atenção e que colocam na rua centenas de pessoas a dormir sobre o céu estrelado.

Uma boa parte da população angolana vive em *“cabanas de lata, com chapas velhas e papelão”* como relata o jornal “Agora” (09-02-08). Assim sendo, uma outra forma de ajudar centenas de pessoas passa por lhes atribuir um pedaço de terra e alguns materiais de construção que, só por si, lhes proporcionará melhores condições de vida, apesar de este não ser um cenário ideal.

Mais uma vez se compreende que determinado projecto imobiliário foi aprovado e que a construção de mais duas ou três mil casas vai iniciar. Contudo, estas habitações não são destinadas aos mais desfavorecidos, apesar de impulsionarem a criação de centenas de postos de trabalho, tratam-se de condomínios privados, destinados a classes mais ricas. O “Jornal de Angola” (21-02-08) afirma que *“o projecto imobiliário residencial Bom Jesus, compreende a construção de duas mil casas...condomínios privados e semi-privados...que também inclui um campo de golfe”* que se destinará às classes mais abonadas.

É certo que o Governo angolano vai apresentando iniciativas de construção de habitações sociais. Contudo, quando estas estão já concluídas, *“as pessoas a quem foi entregue a responsabilidade de distribuir as chaves aos proprietários usurparam uma quantidade considerável de casas, e muitos beneficiários fazem hoje um coro de lamentações contra o Governo quando este cumpriu o seu papel”* (jornal “O Independente” 12-07-08). Esta área deve ser controlada de modo a que a atribuição de casas seja feita em benefício dos mais desfavorecidos. O próprio presidente José Eduardo



dos santos *“instou o Executivo a apostar na oferta de habitação social às camadas mais desfavorecidas”* (idem).

Muitas habitações são construídas ou reconstruídas através de influências, contactos e conhecimentos que determinadas pessoas possam ter. Ocorre também, aquando da venda de residências, um processo de selecção dos candidatos viciado, ou seja, certas pessoas, com menores rendimentos e que realmente necessitam de uma habitação adequada, são excluídas do concurso de compra porque é dada preferência a familiares e amigos de membros do governo (jornal “Semanário Angolense” 22-09-07).

Contrariamente ao estabelecido no PIDESC, a grande maioria dos realojamentos conduzem as pessoas a condições de habitabilidade piores àquelas que tinham antes, vivendo em condições piores. *“Os governantes não estão interessados em resolver, realmente, os problemas do povo, se tivermos em conta que a maioria, senão mesmo todos os projectos habitacionais e infra-estruturas sociais e económicas erguidas naquela localidade, envolvem interesses particulares”* (“Agora” 08-12-07). Estas questões deveriam ser minimizadas, não promovendo a discriminação social, como atestam as notícias que fomos recolhendo e compilando neste trabalho.

*“O máximo que logrei foi ser ‘contemplado’ em finais de 2008 com uma casota inacabada de baixíssima renda na 2ª fase do Panguila, onde não há luz, nem água, nem esgotos, enfim, ainda sem as necessárias condições para se viver com alguma dignidade”*. Esta situação evidenciada pelo “Semanário Angolense” de 10 a 17 de Janeiro 2009, retrata na perfeição as dificuldades que grande parte da população ainda apresenta. Apesar do intuito e da construção de centenas de habitações sociais, estas devem tratar-se de habitações dignas que, como já mencionado no primeiro capítulo, não se trata apenas de conseguir um teto que sirva de abrigo. As condições mais básicas entram nesta definição, como acesso a água potável, saneamento, electricidade, entre outros. É também importante providenciar centros de acolhimento, quando necessário, capazes de albergar centenas de pessoas e de aguentar com as condições mais adversas até que os realojamentos sejam possíveis. Como tal, antes da construção de habitações, é preciso retirar todos os escombros existentes, quer sejam estes derivados de causas naturais ou por obra das mãos dos homens e de escavadoras.

Um contexto de desenvolvimentos sustentável a conseguir em Angola passa, não só pela construção de habitações sociais. Existindo uma propensão natural para a procura dos grandes centros não só pela oferta de emprego mais favorável mas também pela facilidade de acesso a bens e serviços, a tendência leva a que ocorra um êxodo rural mais acentuado. Como tal, a construção de novas cidades, mais pequenas e fora dos grandes centros, incentivando a descentralização dos serviços, auxiliaria no processo de reinserção social, proporcionando melhores condições de vida.

Uma política de habitação assente nas directrizes do PIDESC teria como principal filosofia de acção: demolir e substituir o que está destruído, criando habitações sociais, recuperar os edificios habitacionais sem desocupar ou então desalojar para se recuperar bairros que se encontrem degradados e posteriormente realojar os cidadãos. Estas são as opções existentes para a requalificação urbana que deveriam ter lugar em Angola.

## **VI. Capítulo IV**

### **VI. 4. Estratégias alternativas de promoção do Direito à Habitação**

Após terem sido identificados alguns dos danos causados, evidenciados no final do segundo capítulo, e de terem sido apresentadas situações reais de desalojamentos forçados, é fundamental traçar objectivos que favoreçam o realojamento. Esta prática, além de incluir a construção de habitações, deve também abranger outras infra-estruturas e serviços. De entre estes podem destacar-se os seguintes: melhoria do acesso a serviços básicos; melhoria das redes de saneamento e água potável; garantia ou melhoria de estradas, caminhos-de-ferro e pontes, que proporcionem maior facilidade de acesso aos serviços; garantia de alteração de políticas relacionadas com o direito à habitação e propriedade; políticas habitacionais mais específicas; garantia na facilidade de acesso ao crédito, ou a habitações sociais, com rendas mais baixas; garantia de níveis de segurança adequados, entre outros.

A forma mais visível de honrar o direito à habitação é através da concessão de autorizações de ocupação, de uma habitação ou terreno, por parte do Governo. Esta acção

desencadeará a diminuição da prática de desocupações forçadas, incrementando por sua vez o aumento de investimentos em construção. Simplificar os processos de regularização de posse poderá prevenir centenas de desalojamentos, proporcionando melhores condições de vida, envolvendo as próprias comunidades. Outras vezes, quando construída uma ponte de diálogo entre as comunidades e os seus governantes, estes acontecimentos podem ser impedidos, quando ambas as partes chegam a um acordo e encontram alternativas viáveis.

Apesar disto, as pressões políticas e económicas estão muitas vezes relacionadas com os desalojamentos forçados. Por vezes, interesses escondidos são o grande mote para a execução de certas actividades e/ou políticas. *“O protector contra os desalojamentos hoje poderia facilmente ser o instigador de desalojamentos amanhã”* (UN-Habitat, 2007:16).

Através da violação do direito à habitação, pela prática de desocupações forçadas, as vítimas têm direito a uma rápida reparação do prejuízo sofrido, sendo este equivalente ao sofrimento causado às vítimas. Caso não seja possível obter uma indemnização completa da parte negligente, cabe aos Estados garantir uma indemnização financeira.

Em casos de violação, as vítimas podem recorrer aos instrumentos previstos na lei. De entre estes destaca-se o *“Protocolo Facultativo do Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos, os mecanismos previstos pela Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, Convenção sobre os Direitos da Criança, ao procedimento instituído pela Resolução 1503 do Conselho Económico e Social e aos mecanismos de aplicação da Organização Internacional do Trabalho”* (ONU, 2002, FI 21:33).

Nestas situações existem algumas medias compensatórias que podem ser colocadas em prática. A atribuição de indemnizações acaba por ser o tipo de compensação mais frequente, apesar de nem sempre englobar a totalidade das perdas. O modo mais viável de redução dos efeitos negativos das desocupações poderia passar pela construção de habitações sociais contudo, os locais de construção destas habitações acabam por ser distantes do centro das cidades, dificultando o acesso aos bens e serviços essenciais, como a educação e saúde. Outro factor negativo destas habitações passa pela sua qualidade, que

se verifica inferior às tidas anteriormente, diminuindo as condições de vida (ONU, 2005, FI 25:15).

Como é apresentado no primeiro relatório AGFE, verificado através do site da UN-Habitat ([www.unhabitat.org](http://www.unhabitat.org)) *“pouca atenção tem sido dada aos proprietários individuais ou políticos que abusam dos pobres ou os recém-chegados às cidades, vendendo-lhes títulos de propriedade falsos”*. Estas continuam a ser situações que ocorrem frequentemente e que devem ser comunicadas.

Como tal, o Grupo Consultivo sobre Despejos Forçados, através da UN-Habitat, em [www.unhabitat.org](http://www.unhabitat.org), apresenta uma série de alternativas que deveriam ser aplicadas. De entre elas, destacam-se as seguintes:

- *“Implementar políticas e instrumentos, com base no art. 11º PIDESC, para democratizar, as finanças e subsidiar o acesso à terra e à moradia adequada, através da criação de fundos públicos, subsídios e aumentando as disposições do orçamento público, regularizando a propriedade e ampliar os aglomerados informais, e através da criação de um fórum de negociação com a participação, independente de todas as partes envolvidas;*
- *Apoiar os movimentos sociais e organizações populares na sua luta para prevenir e reparar os desalojamentos forçados;*
- *Respeitar, proteger e realizar o direito à moradia adequada e terra, através da adopção de medidas para proibir a discriminação baseada em raça, cor, sexo, língua, religião ou crença, opinião política, origem nacional, étnica ou social, status legal ou social, idade, a deficiência ou a propriedade;*
- *Identificar os actores responsáveis por desalojamentos ilegais e proteger os defensores do direito à habitação;*
- *Prestar assistência jurídica gratuita às pessoas ameaçadas de desalojamento; e*
- *Garantir o realojamento e/ou a atribuição de compensações quando se procedem a desalojamentos”* ([www.unhabitat.org](http://www.unhabitat.org)).

Estas são algumas das alternativas mais importantes que o AGFE apresenta no site da UN-Habitat a fim de contrariar o aumento dos desalojamentos e expulsões forçadas.

De modo a minimizar os prejuízos humanos causados pelas desocupações, a ONU descreve uma série de directrizes que deverão ser adoptadas. Sempre que se verifique a necessidade de mudar de residência, esta deve ocorrer envolvendo todas as partes no processo, tanto de *“planeamento como de administração”*, onde *“os beneficiários do desenvolvimento que deu origem à mudança de residência obrigatória devem suportar todos os custos do respectivo processo, incluindo a reintegração social e económica das pessoas afectadas”*. Este processo deve abranger *“planos de realojamento que envolva recursos suficientes para assegurar que as pessoas afectadas sejam justamente indemnizadas e reintegradas”* garantindo um nível de vida, pelo menos, equivalente ao já adquirido (ONU, 2005, FI 25:15).

Estas orientações, acima descritas, pretendem reforçar na comunidade mundial a necessidade de proteger o direito à habitação e os direitos daí inerentes, protegendo-o e demonstrando as suas implicações e aplicabilidades. Deve existir informação acerca dos direitos que são reconhecidos e do modo como obter apelo jurídico. A atribuição de apoio médico, psicológico ou social, também pode ser necessário para as vítimas de desalojamentos forçados. Como tal, é importante proceder a explicações sobre o seu significado, em que situações este direito pode ser aplicado ou em que situações está a ser violado; as suas garantias e salvaguardas; como pode este ser ameaçado e que medidas podem ser levadas a cabo para evitar esta prática. É ainda necessário identificar potenciais vítimas, e quantificar estragos produzidos; identificar os causadores e identificar medidas compensatórias que possam ser tomadas (AGFE 2005:150; *in* UN-Habitat 2011:22).

## **VII. Considerações finais**

O estudo desenvolvido teve com principal objectivo identificar algumas alternativas e estratégias que promovam a defesa dos direitos dos cidadãos, em particular o povo angolano, relativamente à violação do direito à habitação.

Para a maioria dos cidadãos de Angola, desocupações e expulsões forçadas são uma realidade. Esta prática já se encontra proibida por diversas normas que constam, tanto na legislação internacional como na legislação interna de cada país, Angola não é excepção. Em 2010, com a aprovação da nova Constituição, o direito à habitação aparece já consagrado. Ainda que não especificamente, pode ser interpretado através das normas

vigentes. As normas presentes em Pactos internacionais, como o PIDESC e o PIDCP, e a própria Declaração Universal dos Direitos do Homem, consagram e complementam as normas de defesa dos Direitos Humanos presentes na Constituição de cada país.

O apelo à mudança emerge. Através destas práticas, não se viola apenas o direito à habitação, outros direitos daí naturais também são comprometidos. De entre estes pode destacar-se o direito à vida, à liberdade de expressão, deficiente acesso à educação, saúde, entre outros.

Com o intuito de garantir a prossecução da defesa do direito à habitação, por parte de cada Estado Membro, existem alguns órgãos de controlo que auxiliam nesta tarefa. Os mais evidentes fazem parte do PIDCP e do PIDESC. O Comité dos Direitos Humanos, criado em 1976 e o Comité dos Direitos Económicos Sociais e Culturais, respectivamente, são os dois principais instrumentos de controlo. Compete-lhes garantir que cada Estado Parte cumpra com o declarado pelo Direito Internacional.

Além do dever que cada Estado Parte detém em adequar as normas internas às normas internacionais, devem garantir que os diversos direitos, incluindo o direito à habitação, estão a ser gozados por todas as pessoas no país em questão. A elaboração da letra da lei deve ser clara e permitir que qualquer pessoa possa aceder aos tribunais caso veja os seus direitos serem violados.

Angola encontra-se entre os países com um índice de pobreza mais acentuado. A dificuldade sentida pelo povo angolano em fazer face às suas necessidades é notória. Sendo este um país presenteado com uma riqueza natural que poucos usufruem e com uma economia em crescendo, os níveis de pobreza aqui evidenciados não deveriam corresponder aos apresentados previamente. A dicotomia entre ricos e pobres é cada vez mais acentuada. O nível de interesses envolvidos cada vez maior, esquecendo o “motor de toda a máquina angolana”, o seu povo.

Como se pode verificar, a partir do terceiro capítulo, várias foram as notícias que expuseram a prática de desocupações ou expulsões forçadas. Centenas de pessoas vivem nas ruas, em casas improvisadas e instáveis, com pouca qualidade de vida.

Relatando a notícia contada pelo “Semanário Angolense” a 29-10-07, várias pessoas foram forçadas a deslocarem-se da província de Benguela (Lobito) para a zona do Kulango. “A administração municipal do Lobito procedeu, em Junho último, em colaboração com a polícia local, à deslocação forçada de dezenas de cidadãos, pretensamente sem tecto, da cidade portuária para a comuna do Kulango, para aí serem assentados contra a sua vontade. Os “deslocados”, transportados como gado, não sabiam sequer das razões da sua movimentação e, mais grave que isso, foram colocados a viver em situação pior à que usufruíam no Lobito, o que é um atentado aos seus direitos de cidadania”. Este relato retrata na perfeição o que centenas de pessoas estão a viver em Angola. Para além de verem as suas casas a serem demolidas, sem terem a possibilidade de retirar quaisquer objectos pessoais. Nem sempre existe a possibilidade de realojar as vítimas de desalojamentos ou expulsões forçadas contudo, quando existe essa oportunidade, muitas vezes a situação em que viviam anteriormente é mais adequada com a que se deparam na nova habitação que lhes foi atribuída.

É evidente a falta de habitações que satisfaçam toda a população angolana, especialmente a população que usufrui de menos recursos. A par desta situação, o grande fluxo migratório que o país viveu durante a guerra colonial, contribuiu para a diminuição do nível de vida dos cidadãos, resultando na degradação das condições de habitabilidade nas cidades. Becos e ruelas cheias de buracos não facilitam a passagem. Aglomerados habitacionais surgem em qualquer lado sem qualquer ordenamento. A falta de água canalizada e de saneamento adequado é cada vez mais evidente, colocando em causa a salubridade de centenas de pessoas.

É fundamental desde já inverter esta situação. A implementação de uma estratégia a nível nacional relativamente à prevenção de desalojamentos e desocupações forçadas poderá ser o primeiro passo. Proporcionar um clima de desenvolvimento sustentável, através do aproveitamento de áreas rurais para fins agro-pecuários e impulsionar o desenvolvimento da economia local contribuiriam para a diminuição dos níveis de pobreza já apresentados. Além disto, desenvolver mais debates acerca desta temática, de maneira a desencorajar estas práticas de violação do direito à habitação, promovendo a criação de habitação sociais para os mais necessitados iria ser um mote impulsionador para retirar a sociedade civil da situação em que se encontra.

O capítulo quarto expõe algumas medidas que podem ser tomadas em consideração de modo a evitar desalojamentos e expulsões forçadas. A implementação de mudanças legislativas que favoreçam a aquisição de terrenos e habitações, a atribuição de subsídios aos mais carenciados e a prestação de assistência jurídica quando estas acções são colocadas em prática, são algumas das medidas que aqui podem ser tidas em consideração.

Apesar disto, quando se verificar a necessidade de deslocar ou expropriar pessoas, estas não podem ser deixadas ao abandono. Garantir realojamentos ou compensações monetárias devem ser condição fundamental. Inseridos em novas habitações, sociais ou não, estas pessoas deverão usufruir de condições adequadas de vida, que lhes permita satisfazer as suas necessidades. A construção destas habitações deverá favorecer o acesso a bens e serviços, facilitado pela proximidade aos grandes centros urbanos, ou então, através da descentralização dos mesmos.

São várias as necessidades a ter em conta quando se verifica uma situação de realojamento. É fundamental proporcionar a assistência necessária a estas pessoas, de modo a diminuir o impacto que estas acções podem ter na sua vida. Estas práticas devem ser, sempre que possível, evitadas contudo, quando tal não é possível, devem ser adoptadas mediadas legislativas que limitem estas acções e que as consintam apenas em circunstâncias muito estritas, devendo ser tomadas as medidas compensatórias necessárias para estas pessoas.

A questão habitacional aqui referida é uma entre muitas outras que poderiam ter sido apresentadas. Deve ser evitado a todo o custo o uso dos desalojamentos e expulsões forçadas como impulsionador do progresso e do desenvolvimento. Cabe aos Estados promover o seu país e proporcionar aos seus habitantes dignas condições dignas de vida. Estes têm de tomar medidas que incitem o respeito pelos Direitos Humanos, desincentivando a sua violação.

Como já referido, este estudo pretendeu abordar a questão do direito à habitação no contexto dos direitos humanos fundamentais, apresentando no fim algumas alternativas a ter em conta que condicionem a violação deste direito. Sendo Angola um país de enorme potencial, com capacidade de se tornar um dos países mais ricos do mundo, extremamente



rico de recursos naturais, coloca de parte a sua maior riqueza, o seu povo. Um país, onde quem não é rico, tem de aprender a viver com os poucos recursos que lhes são facultados.

Como se pretende ainda acreditar, as cidades continuam a ser a expressão máxima da sociedade. Reflectem as culturas e tradições, costumes, comércio, religião. Apesar dos problemas que podem conter, oferecem as mais variadas oportunidades para a proliferação de um desenvolvimento humano sustentável.

## VIII. Bibliografia

Angola, Constituição (2010): “*Constituição da República de Angola*”. Luanda, Assembleia Constituinte.

Angola. Lei n.º 23/92 de 16 de Setembro, Lei de Revisão Constitucional.

Cabannes, Y and Osorio, L. (2007): “*Finding solutions to evictions worldwide: A priority to meet the MDGs and implement the Habitat Agenda*”. Executive Summary of the Advisory Group on Forced Evictions (AGFE) to the Executive Director of UN-Habitat. Presented at: Nairobi, Kenya.

Centro de Documentação e Informação, CEDOC (2009): “*Habitação e Urbanismo 2007/2008/2009: Extractos da Imprensa Angolana sobre questões sociais e de desenvolvimento*”. Luanda, Development Workshop – Angola.

Centro de Estudos e Investigação Científica (CEIC), UCA/ SPI (2010): “*GEM Angola - Estudo sobre o Empreendedorismo*”. Luanda.

Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados (1969). Viena.

Diamond, Larry (1999): “*Developing Democracy: Toward Consolidation*”. The John Hopkins University Press, Baltimore.

Ministério do Planeamento do Governo da República de Angola (2009): “*Plano de Acção do Programa de Cooperação do País*”. Luanda.

Ministério do Planeamento do Governo da República de Angola (2005): “*Estratégia de Combate à pobreza: Reinserção social, Reabilitação e Reconstruções e Estabilização Económica*”. Luanda, Edição revista 2005.

Ministério do Planeamento do Governo da República de Angola (2010): “*Inquérito Integrado Sobre o Bem-Estar da População (IBEP) 2008-09 – Principais Resultados: Grelha de Indicadores*”. Luanda, Instituto Nacional de Estatística.

Ministério do Planeamento do Governo da República de Angola (2010): “*Inquérito Integrado Sobre o Bem-Estar da População (IBEP) 2008-09 – Principais Resultados Definitivos: versão resumida*”. Luanda, Instituto Nacional de Estatística.

Ministério do Planeamento do Governo da República de Angola (s/d): “*Indicadores Estatísticos*”. Última consulta a 5 de Novembro 2011  
<http://www.minplan.gov.ao/PublicacoesD.aspx?Codigo=514>

ONU (2008): “*Angolan Civil Society Report concerning the Right to Education, to Housing, to employment, to Health and to Food*”. Luanda. Última consulta a 30 de Setembro de 2011  
[http://search.ohchr.org/search?q=cache:vKpgdMvUTw4J:www2.ohchr.org/english/bodies/cescr/docs/info-ngos/RelatoriodaSociedadeCivilAngolana.doc+Angolan+Civil+Society+Report+&site=default\\_collection&client=default\\_frontend&output=xml\\_no\\_dtd&ie=UTF-8&proxystylesheet=en\\_frontend&access=p&oe=UTF-8](http://search.ohchr.org/search?q=cache:vKpgdMvUTw4J:www2.ohchr.org/english/bodies/cescr/docs/info-ngos/RelatoriodaSociedadeCivilAngolana.doc+Angolan+Civil+Society+Report+&site=default_collection&client=default_frontend&output=xml_no_dtd&ie=UTF-8&proxystylesheet=en_frontend&access=p&oe=UTF-8)

ONU (1991): “*Comentário Geral n.º 4 do Comité sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais*”. Última consulta a 30 de Outubro 2011  
<http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/moradia/trabalhohabitacaopronto.html#8>

ONU (1948): “*Declaração Universal dos Direitos do Homem*”. Última consulta a 10 de Janeiro 2011 <http://www.dre.pt/comum/html/legis/dudh.html>.

ONU (2001): “*Direitos Humanos – A Carta Internacional dos Direitos Humanos*”. Ficha Informativa n.º 2 (Rev. I). Genebra.

ONU (2005): “*Direitos Humanos – A Desocupação Forçada e os Direitos Humanos*”. Ficha Informativa n.º 25 (Rev. I). Genebra.

ONU (2002): “*Direitos Humanos – Direito Internacional Humanitário e Direitos Humanos*”. Ficha Informativa n.º 13 (Rev. I). Genebra.

ONU (2001): “*Direitos Humanos – Instituições Nacionais para a promoção e protecção dos Direitos Humanos*”. Ficha Informativa n.º 19 (Rev. I). Genebra.

ONU (2008): “*Direitos Humanos – O Comité dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais*”. Ficha Informativa n.º 16 (Rev. I). Genebra.

ONU (2002): “*Direitos Humanos – O Direito Humano a uma Habitação Condigna*”. Ficha Informativa n.º 21. Genebra.

ONU (2004): “*Direitos Humanos – Serviços Consultivos e de Assistência Técnica no Domínio dos Direitos Humanos*”. Ficha Informativa n.º 3 (Rev. I). Genebra.

ONU (1966): “*Pacto Internacional sobre os Direitos Cíveis e Políticos*”. Nova Iorque

ONU (1966): “*Pacto Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais*”.  
Última consulta a 25 de Outubro 2011  
<http://www.agende.org.br/docs/File/convencoes/pidesc/docs/PIDESC.pdf>.

Orend, Brian (2002): “*Human Rights Concept and Context*”. Canada Broadview Press, Ontario.

Pestana, Nelson (s/d): “*As Dinâmicas da Sociedade Civil em Angola*”. Centro de estudos Africanos. Última consulta a 4 de Outubro de 2010:  
[http://www.adelinotorres.com/africa/Nelson%20Pestana\\_Din%20micas%20da%20Sociedade%20Civil%20em%20Angola.pdf](http://www.adelinotorres.com/africa/Nelson%20Pestana_Din%20micas%20da%20Sociedade%20Civil%20em%20Angola.pdf)

Pires, Maria José Morais (1999): “*Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos*” in Miranda, Jorge: “*Direitos do Homem – Principais Textos Internacionais*” 2.<sup>a</sup> ed., Lisboa, Petrony, 1989, pág. 299 e seguintes.

PNUD (2003): “*Relatório do Desenvolvimento Humano 2003 – Objectivos de Desenvolvidos do Milénio: Um pacto entre nações para eliminar a pobreza humana*”. Lisboa, MENSAGEM - Serviço de Recursos Editoriais, Lda.

PNUD (2005): “*Relatório de Desenvolvimento Humano. Construindo uma paz social – Angola 2004*”. AIP – Angola, Instituto de Pesquisa Económica e Social, Luanda.

PNUD, (2010): *Relatório Desenvolvimento Humano 2010 – A verdadeira Riqueza das Nações: Vias para o Desenvolvimento Humano*. Nova Iorque.

PNUD (2011): *“Relatório do Desenvolvimento Humano 2011 – Sustentabilidade e Equidade: Um Futuro Melhor para Todos”*. Communications Development Incorporated, Washington D.C.

Rocha, Manuel José Alves da (2010): *“Desigualdade e Assimetrias Regionais em Angola – os factores de competitividade territorial”*. Universidade Católica de Angola. Centro de Estudos e Investigação Científica. Luanda.

Rodrigues, Cristina Udelsmann (2004): *“A Questão Social no Novo Milénio – Responsabilidade Social das Empresas em Angola: potencialidades de desenvolvimento”*. VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra.

UN (2005): *“Human Rights – Civil and Political Rights: The Human Rights Committee”*. Fact Sheet n.º15 (Rev. I). Geneva.

UN-Habitat (2007): *“Forced Evictions - Towards Solutions? - Second Report of the Advisory Group on Forced Evictions to the Executive Director of UN-Habitat”*. Nairobi, Kenya.

UN-Habitat (2011): *“Losing Your Home – Assessing the Impact of Eviction”*. Nairobi, Kenya.

UNDP (2000): *“Human Development Report: Human Rights and Human Development”*. United Nations Publications, New York.

## **Sites consultados:**

[www.hrea.org](http://www.hrea.org) (Site consultado a 14 de Dezembro de 2010)

[www.unhabitat.org](http://www.unhabitat.org) (Site consultado a 14 de Dezembro de 2010)

[www.angolaresistente.net](http://www.angolaresistente.net) (Site consultado a 22 de Outubro de 2011)

[www.google.pt](http://www.google.pt)

[www.embaixadadeangola.org](http://www.embaixadadeangola.org) (Site consultado a 29 Setembro de 2011)

<http://www.amnistia-internacional.pt> (Site consultado a 3 de Março de 2011)

<http://ineangola-ibep.com> (Site consultado a 4 de Novembro de 2011)

<http://www.minplan.gov.ao/> (Site consultado a 4 de Novembro de 2011)

<http://www.ceic-ucan.org/> (Site consultado a 4 de Novembro de 2011)

<http://www.worldbank.org/> (Site consultado a 4 de Novembro de 2011)

<http://www.dhnet.org.br> (Site consultado a 5 de Setembro de 2011)